

CLAUDIA REGINA PILAN

O caiçara de Ubatuba

Transformações históricas de sua identidade coletiva e
proposta de autotransformação como alternativa para sua
sobrevivência

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA

São Paulo

2006

CLAUDIA REGINA PILAN

O caiçara de Ubatuba

Transformações históricas de sua identidade coletiva e proposta de autotransformação como alternativa para sua sobrevivência

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontífica Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Antônio da Costa Ciampa.

São Paulo
2006

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Antônio da Costa Ciampa, por ter acolhido meu projeto inicial, cujas metamorfoses possibilitaram este trabalho.

A Poruba e seus habitantes, meu primeiro contato com uma vila caiçara.

A todos os participantes que gentilmente me receberam e concederam as entrevistas.

Gostaria também de agradecer algumas pessoas que, nas mais diversas etapas, colaboraram para a concretização deste trabalho: Flávia Bortolaia de Miranda, Isabel Cristina Martins Ercole, Alex Sobral de Freitas, Juracy Armando Mariano de Almeida, Antônio Sérgio Rodrigues, Paula Silvia Haddad e à Biblioteca Pública Municipal “Ateneu Ubatubense”.

A Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira e ao Prof. Dr. José Leon Crochik pelas valiosas observações e sugestões na banca de qualificação.

A Fernando Haddad, as palavras que conheço não são suficientes para expressar toda minha gratidão.

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1: Breve histórico sobre o processo de formação da cidade de Ubatuba e do caiçara	14
1.1. Ubatuba	14
1.2. O Caiçara.....	21
Capítulo 2: Principais fatores atuais de desestruturação da identidade caiçara	30
Capítulo 3: Análise dos fatos e proposta para superação dos desafios	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68
ANEXOS.....	73
Anexo 01. Localização aproximada do território das populações tradicionais não- indígenas:	74
Anexo 02. Área original.....	75
Anexo 03. Situação atual	76
Anexo 04. Evolução do desmatamento no Estado de São Paulo	77

PILAN, C. R. O caiçara de Ubatuba – transformações históricas de sua identidade coletiva e proposta de autotransformação como alternativa para sua sobrevivência, 2006. 77p. (Dissertação de Mestrado. Pontífica Universidade Católica de São Paulo)

RESUMO

Estuda a história de Ubatuba, a formação da identidade coletiva caiçara e os principais problemas enfrentados atualmente por este município e sua população. Problemas responsáveis também pela continuidade da fragmentação e diluição que a cultura caiçara vem sofrendo ao longo do tempo.

Vários movimentos no sentido de se preservar ou recuperar tal cultura puderam ser observados; entretanto, não se pode pensar em conservar populações consideradas “tradicionais” como se deve preservar a Mata Atlântica, por exemplo. Para tentar se manterem vivas no mundo atual, a autotransformação é o caminho apontado neste trabalho. Mas ela se dará somente a partir da conscientização e apropriação crítica das próprias tradições pelos envolvidos, se assim o desejarem, através do desenvolvimento de projetos políticos.

A teoria desenvolvida por Habermas (1983;1987;2002;2004) auxilia a desenvolver tais reflexões e a propor a comunicação como uma maneira de se buscar o entendimento para os atuais problemas existentes.

A análise dos fatos tem como eixo principal uma crítica ao funcionamento do sistema capitalista, responsável pela exclusão de grupos, principalmente daqueles que carregam a marca de sua identidade cultural e “tradicional”, que os diferenciam.

Palavras-chaves: caiçara – identidade-coletiva – autotransformação – Mata Atlântica – preservação – emancipação.

PILAN, C. R. Ubatuba's caiçara – historical transformations of his collective identity and proposal of self-transformation as an alternative to his survival, 2006. 77p. (Master degree's dissertation. Pontífica Universidade Católica of São Paulo)

ABSTRACT

Ubatuba's history studies, the formation of the caiçara collective identity and the main problems faced nowadays by this county and its population. Problems also responsible for the continuing fragmentation and dilution that the caiçara culture has been suffering along the years.

Several movements in order to preserve or recover such culture could be observed, however, there is no use thinking about preserving populations considered "traditional", as it should preserve the Atlantic Forest, as an example. Trying to keep it alive in the actual world, self-transformation is the path indicated in this work. But it will only be accomplished through the awareness and critique appropriation of its own traditions by the people involved, if they desire it, through the development of political projects.

The theory developed by Habermas (1983;1987;2002;2004) helps to develop such reflections and to propose the communication as a way to reach the understanding to the actual existent problems.

The analysis of the facts has as a main point a critique to the functioning of the capitalist system, responsible for the exclusion of the groups, mainly of those who have the mark of their cultural and "traditional" identity, which distinguish them.

Key-words: caiçara (very simple people who live along the seashore) – collective identity – self-transformation – Atlantic Forest – preservation – emancipation.

INTRODUÇÃO

A formação da identidade caiçara de Ubatuba é o foco inicial desta dissertação. O recorte histórico inicia-se no século XVI e vai até os dias atuais. Com isto, o primeiro objetivo é conhecer, enquanto um processo de constituição contínuo, as condições materiais que propiciaram seu surgimento e a realidade atualmente vivida por este grupo.

A intenção não é realizar um diagnóstico sobre a história apresentada, e nem prever acontecimentos futuros. Entretanto, consideramos que conhecer os processos nos quais tal história ocorreu, cuja subcultura é uma dentre as muitas que compõem a etnia brasileira, é um dos meios para se criar condições que facilitem pensar nossa realidade de maneira crítica, com referência, neste caso, aos grupos considerados “tradicionais”, como o caiçara.

O segundo objetivo é apresentar uma alternativa de enfrentamento – a partir da Teoria do Agir Comunicativo de Jürgen Habermas – aos violentos impactos que este grupo vem sofrendo ao longo do tempo, responsáveis por profundas mudanças em todos os setores de sua vida, porém de uma maneira negativa, como será visto.

Nosso olhar sobre o caiçara privilegia sua identidade coletiva, como expressão do pertencimento a esta cultura, cuja reprodução ocorre através da socialização dos indivíduos que dela participam, já que os mesmos organizam sua vida compartilhando significados e atividades comuns num espaço determinado.

A concepção de identidade, base desta pesquisa, é a que foi elaborada na primeira metade do século XX por G. H. Mead, que concebe sua formação como se dando na interação entre o sujeito e a sociedade ou grupo. Os autores, dentro desta linha de pensamento, cujas teorias nos orientam na análise deste trabalho são Ciampa

(1997;2001;2003) e Habermas (1983;1987;2002;2004).

Ciampa (2003) propõe pensar a questão da identidade através de um sintagma¹ constituído pelos conceitos Identidade-Metamorfose-Emancipação, cada um deles encerrando uma significação relacional: identidade é metamorfose; trata-se de um processo dinâmico, em constante transformação. Estas transformações se orientam pela busca de um sentido emancipatório, que nem sempre se concretiza. Sua concretização, ou não, sempre pressupõe uma ação política, explícita ou implícita.

Identidade como metamorfose. Inicialmente consideramos a realidade sempre como movimento, como transformação. Assim sendo, se analisarmos a identidade como um traço estático, simplesmente a descrevemos: *os caiçaras viviam em estreita relação com a natureza, retirando dela o sustento para toda a família; eram freqüentes as festas nos dias santos com procissões e...* E depois? A identidade não pode ser a mesma porque as condições objetivas ao longo do tempo tornam-se diferentes.

Nós nos transformamos constantemente, seja como indivíduo, como grupo, como comunidade. Este aspecto revela a materialidade da identidade - posto que transformação é propriedade da matéria. Ao afirmarmos a totalidade da materialidade do real, devemos considerar que suas manifestações são sempre formações materiais. Assim, o grupo caiçara refere-se a uma formação material particular em movimento, que existe objetivamente em sua história, suas tradições, seus costumes articulados com o presente. Neste sentido, Ciampa (1997:64) fala do substantivo (caiçara) que dá lugar ao verbo (agir), pois, segundo este autor, é pelo agir, pelo fazer que um indivíduo ou um grupo se torna algo. Esta é a obviedade: nós somos nossas ações, nos fazemos em nossa prática.

A metamorfose pode se dar através do que Ciampa denominou de reposição (mesmice) e superação (mesmidade). Com relação ao primeiro conceito, podemos dizer que uma determinada identidade é mantida pela reposição de seus pressupostos,

¹ A lingüística estrutural define a frase como a unidade lingüística de categoria superior, e o morfema (“a menor unidade portadora de sentido”) como a unidade de categoria inferior. O sintagma constitui uma unidade de categoria intermediária; é um grupo composto de pelo menos dois morfemas, que se sucedem na cadeia verbal e entre os quais existe uma relação de dependência. (Doron & Parot, 2001)

o que nos dá a sensação, a aparência de imutabilidade, de não-metamorfose. Mas na verdade é preciso muito esforço para manter a mesmice:

Uma vez que a identidade pressuposta é reposta, ela é vista como dada – e não como se dando num contínuo processo de identificação. É como se uma vez identificada a pessoa [ou grupo], a produção de sua identidade se esgotasse com o produto. (Ciampa, 1997:66)

A repositão pode se apresentar através de atitudes que denotem conformismo ou resistência.

Já a mesmidade refere-se a uma mudança significativa. É o salto qualitativo que, segundo Ciampa (2001:184), resulta do acúmulo de mudanças quantitativas, às vezes invisíveis, mas graduais. Este movimento emancipatório nos leva a agir com autonomia ao romper com a mesmice. Entretanto, esta mudança também pode se dar através da degradação de identidades, e não pela superação de um estado de coisas que estejam impedindo sua autodeterminação.

Consideramos importante salientar que a autonomia, como condição emancipatória, exige uma ordem moral igualitária. Por isso ela se constrói como entendimento compartilhado de que a libertação da injustiça é o que define uma ética emancipatória. Porém, quando ela apenas segue as tendências impostas pelo sistema, o indivíduo segue alienado, confundindo autonomia com livre-arbítrio.² Neste caso, a emancipação pode ser impedida ou prejudicada pela violência e pela conversão, invertendo, de acordo com Ciampa (2003) a metamorfose como desumanização, revelando, assim, a natureza intrinsecamente política da identidade.

Ainda com relação à emancipação, Ciampa compartilha com Habermas a opinião de que só pode ser considerado emancipatório aquilo que é universalizável, o que corresponde à idéia de humanização. Assim, por exemplo, o fundamentalismo

² Em conversa, morador local contou que turistas vinham e passavam o dia pescando no Rio P.; pescavam sem critério. Então alguns caiçaras, à noite, passavam a rede no rio e tiravam o que podiam. *Se eles podem vir aqui e pescar à vontade, porque nós, que somos daqui, não podemos fazer o mesmo?* Quem tem mais direitos? Lamentavelmente, o rio quase nem tem mais peixes, e ainda por cima é época de defeso! – O livre-arbítrio, fomentado pela indústria turística e o equívoco dos caiçaras ao passarem arbitrariamente a também ‘pescar à vontade’, de fato eliminaram a possibilidade de qualquer direito à pesca. É o entendimento de que a autonomia só existe se as pessoas compartilharem normas que garantam o direito, tanto do ponto de vista da validade, como da facticidade. O livre-arbítrio não precisa de normas, só depende do cálculo egoísta dos ganhos!

está excluído do universalizável porque impõe o conformismo, a submissão a um particular entendimento de emancipação; as questões relacionadas ao cuidado e preservação do meio ambiente são universalizáveis, pois dizem respeito à humanidade.

Quanto ao processo de constituição de uma identidade coletiva, Habermas (1983:25,26), faz três ressalvas que a distingue da identidade individual. Tal esclarecimento facilitará a compreensão do leitor acerca do uso deste conceito durante o texto:

- a identidade coletiva de um grupo ou de uma sociedade muda com a variação dos conceitos de tempo, assegurando dessa forma sua continuidade e re-conhecibilidade; a existência histórica de uma sociedade, onde não há cortes objetivos como no tempo individual de vida, transcende gerações e em alguns casos até épocas;
- a identidade coletiva estabelece de que modo uma sociedade se delimita frente ao seu ambiente natural e social; seus limites simbólicos são formados como horizontes das ações que ela se atribui internamente e de modo intercambiável;
- a identidade coletiva regula a participação ou a exclusão dos indivíduos na sociedade, pois, sob esse aspecto, existe uma relação complementar entre a identidade do Eu e de grupo.

Sua referência, portanto, é que se trata de um fenômeno social. Definida histórica e culturalmente, nos leva a considerar seu caráter dinâmico e dialético. Deve ser entendida como um processo de produção contínuo, não podendo, por isso, apresentar-se de forma meramente descritiva: requer entendimento e apropriação.

Os recursos e instrumentos utilizados para atingir os objetivos deste trabalho foram a pesquisa histórica sobre a cidade de Ubatuba e sobre a formação do caiçara³; Realizamos também entrevistas semi-estruturadas, num total de cinco gravadas:

- **E1:** masculino, 59 anos, folclorista; membro da FUNDART (Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba); não é caiçara e nem ubatubense, mas adotou para si esta identidade e promove eventos

³ Sempre a referência é ao caiçara de Ubatuba; caso contrário, faremos as devidas ressalvas.

pela sua revalorização. A entrevista foi realizada em 16/07/2004, na Biblioteca Municipal de Ubatuba.

- **E2:** masculino, 42 anos, professor, topógrafo; membro da FUNDART; natural de Ubatuba. As entrevistas foram realizadas em sua própria residência em 17/07/2004 e 03/01/2005.
- **E3:** masculino, 33 anos, segurança. Entrevista realizada na praia onde vive e trabalha, na região sul do município, em 13/10/2004.
- **E4:** masculino, 73 anos, aposentado e dono de bar na praia onde vive, no norte do município. A entrevista foi concedida no próprio bar, no mês de setembro de 2004.
- **E5:** masculino, 71 anos, aposentado. A entrevista foi realizada na praia onde vive, na região norte do município, no mês de julho de 2004.

No início dos trabalhos de campo, as entrevistas foram feitas com pessoas indicadas, consideradas “chaves”, tanto na cidade, quanto nas praias afastadas. Porém, ao ler alguns trabalhos e pesquisas já realizados, percebemos um discurso padronizado e semelhante entre todas, possivelmente por serem muito procuradas pelos pesquisadores. Desta primeira fase, duas entrevistas (E1 e E2) foram mantidas pela riqueza de detalhes e informações apresentadas.

Com relação aos outros entrevistados, a escolha foi aleatória; não houve indicação; apenas um prévio contato determinou sua validade (para saber se eram naturais de Ubatuba, se nasceram dentro de famílias caiçaras e se poderiam conceder a entrevista). A intenção foi ouvir pessoas simples, anônimas, se suas falas trariam elementos diferentes dos anteriores.

Além disso, foram inúmeras as conversas e entrevistas sistemáticas com pessoas do município: em 2004, com as professoras de ensino fundamental, M.A.C.V., 49 anos e P.A.S.F., 45 anos, na escola onde trabalhavam na época; o caiçara e ex-pescador que atualmente trabalha como vendedor de móveis no comércio de Ubatuba, Sr. J.A.C., também em 2004; a Sra. L.V.C.V. e Sr. O.V.,

proprietários de um quiosque numa praia do centro, em fevereiro de 2005; D.O., segurança da escola na praia onde vive, em 2005. Utilizamos também o livro de depoimentos organizado por Frenette (2000).

A coleta de dados complementou algumas informações apresentadas. A fotografia foi um outro recurso utilizado, algumas vezes ilustrando, outras complementando a narrativa, pois a consideramos como prova da realidade. Segundo Guran (2000)⁴, a fotografia funciona como uma extensão do olhar já que possibilita a percepção de aspectos que podem ter sido ignorados.

Falar sobre o caiçara é falar da formação inicial do povo brasileiro, assim como ao contar a história de Ubatuba, somos remetidos aos primórdios da própria história do Brasil. Ao longo do texto, inúmeras vezes estes elementos se misturam, mas isto não compromete o foco da pesquisa, ao contrário, a enriquece.

Muitas vezes, para se referir ao caiçara enquanto coletividade, encontramos a expressão “grupo tradicional”. Segundo Diegues (2001:87,88), tais grupos se caracterizam pela:

- dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um ‘modo de vida’;
- conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; esse conhecimento é transmitido de geração em geração por via oral;
- noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;

⁴ Artigo Jornal da PUC – Rio, jun/2000, n° 99.

- reduzida acumulação de capital;
- importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Tais critérios possibilitaram o conhecimento acerca do modo de vida dos caiçaras e também dos elementos constitutivos desta identidade; entretanto, eles dizem respeito ao passado. Atualmente, devido às grandes transformações decorrentes do próprio processo sócio-econômico-político-religioso-ambiental, tais elementos encontram-se profundamente alterados e seu uso para a identificação destes grupos não permite uma correta caracterização dos mesmos. Esta discussão será retomada especialmente no Capítulo 2.

A expressão “povos ou grupos tradicionais”, utilizada frequentemente na literatura para se referir às populações indígenas e não-indígenas, traz outro ponto de divergência, posto que envolve inúmeras discussões acerca de sua representação. De maneira simplista, podemos lembrar que, para Olmos et al. (2001:282), por exemplo, tais grupos são basicamente identificados pelo não pertencimento à sociedade urbana ocidental da qual se originam, sendo os sociólogos e antropólogos que as estudam e as definem perante o público.

Já outros, como é o caso de Diegues (2001:85), os consideram, em linhas gerais, como aliados da manutenção da biodiversidade devido aos sistemas de

manejo dos recursos naturais caracterizados pelo respeito aos ciclos naturais. Ferreira (2004) nos informa que há no Brasil duas ordens de oposição a esta abordagem: uma representada pelos cientistas sociais e a outra pelos cientistas naturais. Estas informações são apresentadas para que o leitor tenha noção da complexidade deste debate, mas infelizmente não temos condições de aprofundá-lo, até mesmo porque nosso tempo é escasso para sua elaboração e fugiria dos propósitos desta dissertação.

Entretanto, mesmo existindo um consenso entre a opinião pública de que índios, seringueiros e caiçaras constituem grupos (ou povos) tradicionais, como informa Olmos et al. (2001), nós, aqui, abriremos mão desta designação, assim como acreditamos que a leitura do texto esclarecerá este posicionamento.

Já com a expressão “cultura tradicional”, faremos uma aproximação com as considerações que Ortiz (2003:70) faz à “cultura popular”, quando diz que esta última, invariavelmente, recupera a idéia de tradição e que esta ênfase no caráter tradicional do patrimônio popular, implica, muitas vezes, numa posição conservadora diante da ordem estabelecida. Portanto, adotamos o posicionamento de Ferreira Gullar (Gullar apud Ortiz, 2003:71) que, de certo modo, a desvincula deste caráter conservador, definindo sua noção em termos exclusivos de transformação. Desse modo, “cultura popular” refere-se a um projeto político que utiliza a cultura como elemento de sua realização e inclui a conscientização da realidade. Aceitamos que “cultura tradicional” seja compreendida dentro destes termos para a análise proposta nesta pesquisa.

Assim sendo, cabe a noção de folclore como sendo as manifestações culturais de cunho tradicional. Entretanto, ainda com Ortiz (2003), nos posicionamos contrariamente ao folclorista que adota uma atitude de paternalismo cultural ao invés de implantar as bases de uma política cultural de acordo com uma orientação transformadora. Esta discussão será retomada no Capítulo 3.

O universo caiçara, durante as últimas décadas, vem despertando o interesse de inúmeros estudiosos das mais variadas áreas do saber. É o reconhecimento da importância deste subgrupo no cenário nacional. A seguir, apresentaremos alguns trabalhos desenvolvidos especificamente na região de Ubatuba.

Marcílio (1986), na década de 1970, realizou um estudo sobre a gênese, a evolução e a destruição da população caiçara entre os séculos XVIII e XIX, através das técnicas, métodos e formas de análise da Demografia Histórica. Mais especificamente procurou descobrir os padrões de povoamento, da ecologia, da demografia, além do comportamento e atitudes. A orientação das investigações foi no sentido de se buscar:

(...) um conhecimento sistemático das formas de uso e apropriação do solo, da organização da paisagem agrária, dos sistemas de transmissão de herança do patrimônio fundiário, das relações de produção de uma agricultura de subsistência, da existência de desigualdades e conflitos sociais numa comunidade rural aparentemente igualitária. (p.12)

O contato com a realidade do local fez com que a autora também enveredasse pelo caminho da história-denúncia, em que procurou mostrar a devastação ecológica e humana que a ganância estava produzindo já naquela época.

Setti (1985), em pesquisa iniciada em 1977 e apresentada em 1982, visava, inicialmente, a um levantamento do processo de produção musical entre os caiçaras, dos núcleos de produção musical estáveis na época e também a um acompanhamento da movimentação dos músicos no sentido de conhecer a frequência e os motivos deste deslocamento. No entanto, para essa pesquisadora, também não foi possível permanecer alheia à problemática vivida pelo caiçara, procedendo então, a investigação de outros aspectos da vida do músico, aos quais a produção musical parecia estar vinculada. Ressaltando que a música é um meio de expressão deste grupo. Foram tratados com maior ênfase os aspectos relacionados à Antropologia da Música, tais como:

(...) o estudo dos condicionantes sociais do fazer musical, a verificação dos elementos que estimulam ou enfraquecem a produção musical, a importância de certas expressões contidas nos textos das canções, o estudo dos processos de composição, o papel do músico em face da comunidade e da família, quais os determinantes para a continuidade ou mudança do repertório tradicional, qual a participação da mulher na produção musical, quais os envolvimento da música com a religião, de que modo a comunidade caiçara atribui maior ou menor prestígio aos

diferentes instrumentos musicais e outros aspectos. (p. xix)

Batista (2002), desenvolveu um projeto na favela do Sertão da Sesmaria com o objetivo de “compreender como se processa a construção da identidade urbana em condições de exclusão social a partir da interação indivíduo-grupo-ambiente nas áreas de concentração de pobreza”. A análise foca o olhar de moradoras do bairro - privilegiando, portanto, o olhar feminino - a partir de dados levantados através da aplicação de questionários e registros etnográficos.

Chieus (2002) interessou-se em conhecer e analisar a contribuição da etnomatemática na formação de um determinado professor que o acompanhou durante a prática executada, que foi a construção de uma canoa, utilizando os saberes tradicionais caiçaras. Os alunos da classe de 6ª série e membros da comunidade também participaram do projeto. Com isto, houve a aproximação do contexto social dos estudantes e a oportunidade de se conhecer qual modelo matemático está presente neste tipo de atividade ou mesmo na construção de uma rede de pesca. O pesquisador demonstra que o conhecimento da matemática encontra-se também fora da sala de aula e deve ser valorizado, assim como o espaço pedagógico que não se restringe aos muros escolares. Conclui que a contribuição para a formação do professor está na própria ação, na valorização da prática. A pesquisa foi realizada numa escola municipal, de ensino fundamental, na Praia do Poruba.

Merlo (2003) procurou conhecer a contribuição afro-brasileira ao universo caiçara e também compreender a não-evidência desta influência nos depoimentos e histórias contadas pelos entrevistados das comunidades tradicionais. Este trabalho, além de Ubatuba, estendeu-se a São Sebastião e Ilha Bela, também no litoral norte paulista, enfocando a memória afro-descendente. Em Ubatuba, a pesquisa foi realizada nos quilombos de Caçandoca e Camburi.

Gostaríamos também de apresentar, fora da academia, Washington de Oliveira (1906-2001), mais conhecido como “seu Filhinho”. Farmacêutico, durante mais de cinquenta anos foi o responsável pela Farmácia do Filhinho; na política, foi vereador, presidente da Câmara e prefeito nos anos de 1936 e 1945. Em 1936 também atuou como correspondente do Correio Paulista e da Folha de São Paulo. Pesquisador, escreveu livros nos quais retrata fatos históricos, políticos e pessoais da

própria cidade: *Ubatuba – documentário*; *Ubatuba – lendas e outras histórias* e *A farmácia do Filhinho*. O primeiro citado foi utilizado como uma das fontes de pesquisa para este trabalho. É considerado um dos mais ilustres ubatubenses do século XX.

Com relação à presente pesquisa, gostaríamos de lembrar que a questão da identidade é fundamental às ciências sociais em geral. Para a Psicologia Social, a grande preocupação é conhecer como o homem, os grupos e comunidades se inserem num processo histórico, não apenas como são determinados por ele, mas principalmente em como se tornam agentes da história, como podem transformar a sociedade na qual vivem e a si mesmos. (Lane, 1995)

Também é um esforço para contribuir para as atuais discussões acerca da “preservação” das identidades de “grupos tradicionais”, bem como sobre a relação dos mesmos – e a nossa – com a natureza.

Meu interesse pelo estudo da cultura caiçara insere-se em minha própria trajetória de vida e profissional. Estive em 1989, aos vinte anos de idade, pela primeira vez, numa vila caiçara em Ubatuba, afastada do centro. Como turista, meus interesses eram os normais para uma pessoa desta idade. Nunca havia percebido as particularidades daquelas pessoas, apesar do contato. Ubatuba também era somente um local para diversão e, muitas vezes, limitada.

Nesta alienação continuei por algum tempo. Foi durante minha formação em Psicologia que meu olhar se modificou e comecei a perceber as diferenças, aliadas ao meu interesse pela História. A aproximação, a partir daquele momento, foi diferente: não mais para atender minhas necessidades enquanto turista – estadia, alimentação, etc – mas para conhecer melhor os habitantes daquela região. Descobri a cultura caiçara, descobri uma outra Ubatuba e as complexas questões que envolvem a Mata Atlântica. Ou melhor, como a curiosidade não se esgotou, ainda estou a descobrir.

Após minha formação, com ênfase na atividade clínica, iniciei-me nesta atividade. Mas as inquietações não foram poucas. Decidi dar continuidade aos estudos e optei pelo mestrado; fui aceita no programa de Psicologia Social, no núcleo Identidade, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio da Costa Ciampa, na Pontífica

Universidade Católica de São Paulo. Nunca tive dúvidas quanto ao tema a ser pesquisado, apesar das alterações a partir do projeto original.

A apresentação deste trabalho se dará da seguinte forma: no primeiro capítulo conheceremos como se deu o processo de formação da cidade de Ubatuba e a constituição do caiçara a partir da chegada dos europeus ao Brasil no século XVI. Os autores utilizados nesta pesquisa histórica foram Sampaio (1928), Oliveira (s.d.), Mussolini (1980), Marcílio (1986), Diegues (2001), Diegues & Arruda (2001), Ribeiro (2004), Dean (2004) e Torres (2004).

No segundo capítulo apresentaremos os principais problemas enfrentados atualmente pelo município em questão, pela sua população e que afetam diretamente a identidade caiçara local. Tais problemas foram levantados a partir das entrevistas realizadas, da leitura semanal de jornais locais e da observação direta desta pesquisadora. Oliveira (s.d.), Olmos et al. (2001), Diegues & Arruda (2001), Ferreira (2004) e Dean (2004) nos fornecem importantes observações e informações.

No terceiro capítulo, Tassara (1996), Diegues (2001), Olmos et al. (2001) Santos (2003) e Berman (2003) nos acompanham numa reflexão crítica sobre os fatos apresentados. Ciampa (1997;2001;2003) - cuja proposta para a análise da identidade como metamorfose já apresentamos - e Habermas (1983;1987;2002;2004) - a partir da Teoria do Agir Comunicativo, são as fontes para a proposta de superação das dificuldades atuais e de reinvenção da identidade caiçara.

Por último, as considerações finais têm início com uma breve analogia entre a experiência de Hans Staden e a dos atuais pesquisadores em Ubatuba, seguida por uma discussão acerca da necessidade de conservação da Mata Atlântica. Durante todo o trabalho, os trechos das entrevistas nos auxiliam em sua ordenação, assim como as fotografias.

Na página seguinte, fotografia de estátua em Ubatuba homenageando os caiçaras:



Jul/2005. Foto: Claudia Pilan

Capítulo 1: **Breve histórico sobre o processo de formação da cidade de Ubatuba e do caiçara**

1.1. Ubatuba

Cunhambebe, o afamado chefe tupinambá, acordou sobressaltado naquela manhã. Tinha tido um pesadelo que não conseguia definir bem. As imagens dançavam em sua cabeça. Estava numa nau portuguesa, vestido com uma pele de onça dentro de uma jaula, cruzando o mar. Ele gritava: “Sou Cunhambebe e não estou mais vivo”. Sua tribo nadava atrás do barco e, aos poucos, ia sendo engolida pelas águas. (Staden, 2000)

A palavra, de origem tupi, tem gerado algumas controvérsias acerca do entendimento de seu significado entre diversos autores. Em Sampaio (1928), encontramos que Ubatuba pode ser a corrupção de *ybá-tyba*, o sítio das frutas ou frutal; ou de *uyba-tyba*, o sítio das flechas, ou flechal, canavial bravo; pode ainda proceder de *ybá⁵-tyba*, significando o sítio das canoas. Oliveira (s.d.) apresentou uma explicação coerente ao dar preferência à segunda opção e a justificou pela existência de várias áreas do município cobertas por extensos canaviais silvestres, conhecidos por canas de ubás. E mais, o sufixo *tuba* ou *tiba* (muito) completa várias denominações de acidentes geográficos permanentes naquela região⁶, e não situações transitórias como teria sido a grande concentração de canoas ocorrida durante a

⁵ Os índios possuem ouvidos considerados absolutos; alterações sutis na pronúncia determinam significados diferentes para as palavras homógrafas, como *ybá*.

⁶ Como os caraguás, de Caraguatatuba; os mangarás, de Mangaratiba; os sapés, de Sepetiba, etc.

Confederação dos Tamoio⁷.

A **Estância Balneária de Ubatuba**⁸ está localizada no litoral norte do estado de São Paulo. Cercada pela exuberante Serra do Mar, possui 102⁹ praias, de norte a sul, incluindo as praias das ilhas. Este município situa-se sob o Trópico de Capricórnio, isto significa que quando o verão tem início no hemisfério sul, em 21 de dezembro, Ubatuba é a primeira porção de terra, em toda a América, a receber os primeiros raios de Sol, sendo que às 12h, por alguns instantes, o Sol está a pino e em toda sua extensão não há sombra.

Os habitantes desta região, inicialmente chamada de **aldeia de Iperoig**, eram os índios tupinambá. Seu território estendia-se desde o Rio Juqueriquerê, próximo a São Sebastião, em São Paulo, até o cabo de São Tomé, nas proximidades do Espírito Santo.

Os europeus, principalmente portugueses e franceses, quando aqui chegaram no século XVI, a fim de colonizar a terra e explorar suas riquezas, tentaram escravizar os indígenas e, para isso, lançaram mão de todos os recursos possíveis. Os portugueses, em São Vicente, procuraram manter relações de amizade com os tupiniquim, mantendo-os a seu lado e a favor de seus interesses. Os franceses fizeram o mesmo com os tupinambá.

Este panorama incitou ainda mais a inimizade entre estas duas tribos¹⁰, que por muito tempo continuaram a se enfrentar iludidas por seus falsos aliados colonizadores que exploravam sua agressividade recíproca. Os núcleos tupis já viviam, na verdade, em permanente guerra contra tribos alojadas em sua área de expansão pelos sítios mais apropriados à lavoura, à caça e à pesca; também guerreavam contra vizinhos da mesma matriz cultural. Neste caso eram movidos por uma animosidade cultural que visava à captura de prisioneiros para os rituais antropofágicos. (Fernandes, 1952 apud Ribeiro, 2004:34)

Para enfrentar os portugueses aliados aos tupiniquim e que também contavam

⁷ No tupi não há flexão de número; a mesma palavra pode estar no singular ou no plural, dependendo somente do sentido da frase. (Sampaio, 1928)

⁸ Passou a esta categoria em 1967.

⁹ Fonte: Secretaria de Turismo do município.

¹⁰ Ambas constituem subgrupos dos povos Tupi, pertencentes à família lingüística dos Tupi-Guarani.

com o apoio de outros povos indígenas, os tupinambá reuniram suas tribos, presumivelmente entre os anos de 1554 e 1555, na maior organização de resistência aos colonizadores que este país já teve, como destaca Torres (2004:50): a Confederação dos Tamoio, sob a liderança de Cunhambebe¹¹. Esta confederação, ensejada pelos franceses, reuniu, de acordo com Ribeiro (2004:33), os Tupinambá do Rio de Janeiro e os Carijó do planalto paulista ajudados pelos Goitacá e Aimoré da Serra do Mar, que eram de língua jê.

A palavra tamoio, em tupi, quer dizer o avô (Sampaio, 1928). Portanto, eram os mais antigos, os mais velhos contra os invasores perós, que quer dizer furiosos. Assim chamados os portugueses por quererem fazer dos nativos, seus escravos. (Torres, 2004)

Com a missão de pacificá-los e convertê-los, em maio de 1563 vieram à aldeia de Iperoig, cujo cacique era Coaquira, os padres jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega. Na ocasião, os padres tornaram-se reféns dos tupinambá, permanecendo em Ubatuba enquanto Aimberê¹², líder da Confederação após a morte de Cunhambebe, ia a São Vicente para dar continuidade às negociações de paz¹³. (Torres, 2004).

Posteriormente, Aimberé seguiu para Piratininga; Nóbrega também foi levado até esta localidade enquanto Anchieta permaneceu nas mãos dos tupinambá. O tratado de paz foi selado em 14 de setembro¹⁴ do mesmo ano, denominado Paz de Iperoig. Por este acordo, os portugueses se comprometeram a não mais atacar e nem aprisionar os índios e a libertar os que estavam presos. (Torres, 2004)

Porém, a paz durou pouco: um pouco mais de um ano depois, Aimberé recebeu a notícia de um novo ataque português à aldeia de Iperoig. Os Tamoio responderam ao ataque, invadindo fazendas e engenhos em pequenos grupos organizados. O rei de Portugal mandou Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá,

¹¹ Cacique tupinambá, cuja tribo localizava-se na atual Angra dos Reis, RJ. Morreu em 1557, vitimizado por uma das epidemias trazidas pelos europeus. (Torres, 2004).

¹² Cacique tupinambá de Uruçumirim, aldeia localizada na atual baía da Guanabara; comandou a segunda fase da guerra dos Tamoio e resistiu muito ao tratado de paz.

¹³ Em muitos livros, podemos ler sobre a participação de Cunhambebe ainda nas negociações de paz; mas, segundo Torres (2004), tratava-se de seu filho, de mesmo nome.

¹⁴ Dia da Exaltação à Santa Cruz.

governador do Brasil, para enfrentar os índios, com soldados e armas.

Apesar de, como assinala Ribeiro (2004), os Tamoio terem vencido diversas batalhas, como na capitania do Espírito Santo, a destruindo e ameaçado seriamente a de São Paulo, o desequilíbrio de forças levou os portugueses e seus aliados à vitória no embate final, em 1567. Na aldeia de Uruçumirim, os tamoio foram derrotados completamente, deixando a terra livre para a colonização portuguesa. Os franceses foram expulsos e a tentativa de implantar a França Antártica na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, resultou num grande desastre. A Confederação dos Tamoio durou, ao todo, cerca de 12 anos. (Torres, 2004)

Além da superioridade técnica e maior quantidade de armas de fogo, também as epidemias de origem européia foram grandes aliadas dos portugueses, dizimando os povos tupi da costa brasileira. Dean (2004:79) informa em seu livro que, ao longo da costa, de São Vicente a Cabo Frio, onda após onda de doenças devastaram os tupi que, em 1600, estavam reduzidos a uns quatro ou cinco mil, um declínio assustador de 95% em um século.

Segundo ainda este autor, as autoridades coloniais não tinham a menor intenção de ajudar os povos nativos a preservar nenhum traço de sua cultura, além disso, qualquer direito legítimo ao espaço que os indígenas ocupavam foi negado pela Coroa, que não via nada de extraordinário neste gesto singular e espantosamente arrogante de expropriação, um dos mais clamorosos de toda a história. Com relação específica a Ubatuba, Marcílio (1986:22), nos ajuda a ter uma noção mais clara sobre estes acontecimentos:

Com a violência da doença e da morte, se junta a violência da desculturação provocada pelo colono, pelo sistema colonial nascente que completa o ciclo terrificante da velha trilogia apocalíptica: *Peste, fome et bello*¹⁵. Os índios, que sobraram da primeira mortandade coletiva, tiveram duas opções: a submissão ou a fuga para a mata próxima. Ambas foram escolhidas e, assim, desapareciam os primitivos moradores da terra de Ubatuba, desocupando o espaço para a entrada dos novos ocupantes.

¹⁵ Peste, fome e guerra.

Em 28 de outubro de 1637¹⁶, a aldeia de Iperoig foi elevada à condição de vila com o nome de **Vila Nova da Exaltação à Santa Cruz do Salvador de Ubatuba** e uma nova fase teve início. Os colonos multiplicaram na região as instalações de engenhos de açúcar¹⁷, além de serrarias, olarias e fazendas. Com o porto para escoamento da produção, a vila começou a prosperar até 1787, quando as embarcações passaram a se dirigir ao porto de Santos por ordem do governador da Província de São Paulo. Ubatuba, então, entrou em decadência e seus habitantes passaram a produzir somente o necessário à própria sobrevivência.

Tais imposições não foram aceitas com passividade pelos comerciantes de Ubatuba, que, de acordo com Oliveira, (s.d.:49), passou a gozar de má reputação junto às autoridades da Província. Vários protestos e abaixo-assinados foram organizados sem resultados. Muitos agricultores passaram a não mais acatar as ordens e a agir de forma independente; outros chegaram a queimar seus canaviais.

Apesar de tantos movimentos, este período durou até 1808, quando a família real, fugindo dos exércitos napoleônicos, veio para o Rio de Janeiro e os portos foram reabertos ao comércio estrangeiro.¹⁸ Esta medida beneficiou diretamente o porto da Vila de Ubatuba que, principalmente entre 1835 e 1857, se tornou próspero passando a ser um dos mais movimentado de todo o estado. Fazia parte da chamada “rota do café” e escoava a rica produção do litoral norte paulista e oeste do Vale do Paraíba.

Neste período, apesar da promulgação da Lei Euzébio de Queiroz, em 04 de setembro de 1850, que proibia o tráfico negreiro¹⁹, este comércio continuou clandestinamente e algumas praias de Ubatuba (assim como de todo o litoral) tornaram-se portos de desembarque de negros, os quais, segundo Oliveira (s.d.:89),

(...) desembarcavam nas enseadas afastadas da Vila, ao que consta na Fortaleza e Caçandoca no sul, e Ubatumirim ao norte e, por veredas

¹⁶ Data em que se comemora o aniversário de Ubatuba.

¹⁷ Os primeiros engenhos foram instalados antes de 1520, se dispersando por todos os pontos da costa habitados por portugueses. (Ribeiro, 2004)

¹⁸ O rompimento final da colônia com Portugal se deu em 1822.

¹⁹ Segundo Ribeiro (2004:161), os primeiros contingentes de negros foram trazidos para o Brasil nos últimos anos da primeira metade do séc. XVI, talvez em 1538, configurando-se a partir daí num dos negócios mais lucrativos até o séc. XIX.

dissimuladas, através da mata, eram conduzidos às fazendas do Vale do Paraíba e ali comercializados a altos preços.

Foram construídos em Ubatuba, confirmando a riqueza deste período, inúmeros casarões de estilo colonial. Mais tarde, a maioria deles foi demolida em nome do progresso. Foi nesta época também que Ubatuba passou à categoria de município, mais precisamente em 1855. Infelizmente, já no século XX, a maioria destes casarões foi demolida. No trecho abaixo, antiga moradora da cidade relembra esta transformação:



Casarão do Porto. Construído em 1846. Desde 1987 abriga a Fundação de Arte e Cultura de Ubatuba (FUNDART). Atualmente necessita de urgente restauração. Foto s.d.²⁰

“Na praça tinha tantas casas antigas que ninguém nunca pensou em conservar. Queriam mais era demoli-las pensando no progresso. Seu Filhinho era o único que tinha essa visão maravilhosa de preservar o centro com suas belas casas antigas. Os mais atrasados diziam que ele queria colocar porteiras no alto da serra para impedir o desenvolvimento da cidade. Achavam que ele era atrasado. Hoje se vê que atraso mesmo foi a destruição desse patrimônio arquitetônico da cidade” H.M.S.T.²¹

Ubatuba entrou novamente em crise no final do século XIX, quando os fazendeiros migraram para o planalto em busca de novas terras para a produção do

²⁰ Fonte: <http://www.ubatubasp.com.br>

²¹ Frenette (2000:57)

café. A construção da estrada de ferro, paralela ao Rio Paraíba, chamada D. Pedro II (posteriormente Central do Brasil), ligando o Rio de Janeiro a São Paulo também desviou as exportações do porto de Ubatuba, favorecendo o de Santos, já que este último foi ligado a São Paulo com a construção da Estrada de Ferro Inglesa (São Paulo Railway Co.). (Oliveira, s.d.)

A cidade isola-se mais uma vez por mais de 60 anos. Em 1933, utilizando o antigo traçado dos tropeiros, foi aberta a estrada ligando Ubatuba a Taubaté, a SP-125 que na década de 1970 recebeu o nome de Rodovia Oswaldo Cruz. Também nesta década foi inaugurada a BR-101, conhecida como Rio-Santos.

A abertura destes caminhos provocou uma nova invasão, só que desta vez proveniente do planalto e não de além-mar. Suas conseqüências serão abordadas no Capítulo 2.

1.2. O Caiçara

Oh que reza tão bonita
Que oração tão singular
Quem esta oração rezar
Sua alma não perderá²²

Os filhos da primeira geração, resultado das uniões entre portugueses e tupi, ocorridas principalmente em São Paulo, não aceitavam o status de camponeses ou escravos; resistiam ao batismo e eram indiferentes ao estigma da ilegitimidade. Era uma geração culturalmente indígena e falante do tupi. Os colonos portugueses e espanhóis que chegaram mais tarde os chamaram de mamelucos²³ ou brasilíndios. (Dean, 2004; Ribeiro, 2004)

Para Ribeiro (2004:108,109), tal designação não poderia ser mais apropriada. Nossos mamelucos²⁴, segundo ele, foram, na verdade, heróis civilizadores, impositores da dominação que os oprimia. Além disso, os mamelucos paulistas foram vítimas de duas dramáticas rejeições: a dos pais, que os viam como filhos impuros - mas seu trabalho era aproveitado desde a infância - e a rejeição materna, já que para os índios o filho é do pai e não da mãe; a mulher era considerada um simples saco em que o macho depositava a semente.

Diante de tamanha rejeição e da impossibilidade de identificar-se com um dos lados, o mameluco caía numa terra de ninguém, a partir da qual, passou a construir sua identidade de sobrevivente e de colonizado.

Posteriormente, os negros capturados principalmente na costa ocidental da África, vieram integrar-se na etnia brasileira a fim de trabalhar na produção açucareira. Porém, encontrando já constituída aquela célula inicial luso-tupi, tiveram

²² Estrofe de uma canção da Folia do Divino.

²³ Originalmente o termo se referia a uma casta de escravos que os árabes tomavam de seus pais para criar e adestrar em suas casas-criatórios, onde desenvolviam o talento que tivessem. (Ribeiro, 2004:107)

²⁴ A etnologia brasileira distinguiu somente no século XX a multiplicidade de povos distintos confundidos sob esta designação genérica. (Ribeiro, 2004)

de nela aprender a viver. (Ribeiro, 2004). E a morrer.

O processo de constituição da identidade do brasileiro jamais pode ser considerado simples. Ao contrário, como observou Ribeiro (2004:130), foi longo, diversificado e dramático, a partir de povos deculturados de suas matrizes ancestrais:

O brasilíndio como o afro-brasileiro existiam numa terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para livrar-se da ninguendade de não-índios, não-europeus e não negros, que eles se vêem forçados a criar a sua própria identidade étnica: a brasileira. (p. 131)

A miscigenação genética entre o europeu (principalmente o português), o índio e o negro deu origem ao caiçara. Mestiço que ainda está aí, representante vivo daquele momento histórico, resistindo e marcado por uma cultura peculiar.

Palavra de origem tupi, corrupção de *caá-içara*, significa a estacada, o tapume, o cercado, a trincheira (Sampaio, 1928). Porém, esta palavra também é usada para designar os habitantes do litoral do Paraná, São Paulo e sul do Rio de Janeiro.

Para autores como Diegues (1983) e Mourão (1971) apud Diegues & Arruda, (2001:42), os grupos caiçaras se formaram e se fortaleceram nos intervalos dos grandes ciclos econômicos do período colonial, quando as atividades voltadas para a exportação declinaram. Tais ciclos estão muito claros na história de Ubatuba.

Entretanto, não concordamos com a afirmação acima por considerarmos que o contato com os centros próximos, em maior ou menor escala, foi o fator fundamental para o processo de constituição da identidade destes grupos. A formação de identidades é um fenômeno social, como já dissemos na Introdução, que ocorre e se afirma através das relações dialéticas com o outro. O outro, numa identidade coletiva, refere-se àqueles pertencentes ao grupo assim como aos de fora em relação aos quais se percebem diferentes.

A concepção anteriormente apresentada nos remete a estratégias de conservação da natureza, quando o isolamento é necessário para a reprodução de

espécies, como por exemplo, o pousio florestal, cujo objetivo é o restabelecimento da capacidade reprodutiva da terra, de forma natural, sem a aplicação de adubos; ou a proibição da pesca na época de defeso, necessária para a desova de camarões e de peixes. Mas com o processo de estruturação de identidades é diferente. O olhar do outro e seu reconhecimento são fundamentais inclusive para a demarcação de limites individuais e grupais.

Retomando a explicação acerca da localização dos caiçaras, salientamos que os habitantes da faixa costeira compreendida entre o sul da Bahia e o Ceará são chamados jangadeiros e entre o Piauí e o Amapá, praieiros (Anexo 01). Detalhes acerca das diferenças entre estas populações podem ser lidas no livro organizado por Diegues & Arruda (2001). Com relação às semelhanças existentes entre estes grupos, podemos ler em Mussolini (1980:219) que:

Considerando-se o imenso litoral brasileiro, verifica-se que existem elementos culturais e sociais comuns a todo ele. Esta identidade se explica, em grande parte, pelas mesmas influências que contribuíram para sedimentar as primitivas bases culturais da vida litorânea, nossa primeira área de povoamento e por muito tempo quase que a única.

Contudo, apenas a etnia não é suficiente para caracterizar tais populações. Nos restringindo especificamente ao caiçara, podemos dizer que sua cultura, ainda presente apesar dos impactos sofridos até aqui, é, para isso, também considerada.

Nos livros, nas histórias contadas pelos mais velhos e até mesmo na maneira como ainda hoje vivem alguns caiçaras em praias mais isoladas de Ubatuba, é possível observar detalhes de seu modo de vida que atestam influências indígenas, africanas e européias: da maneira como as canoas eram construídas até as técnicas utilizadas na caça, pesca e lavoura; das manifestações folclóricas à fé católica predominante por um longo período; da culinária ao conhecimento da natureza, além de possuírem um vocabulário com palavras de uso exclusivamente local. A proximidade com a mata e o mar também foi um fator decisivo na estruturação de sua identidade, já que este *habitat* fornecia o necessário à subsistência das famílias. Sua forma de vida era baseada em atividades que se complementavam: a pesca artesanal em rio ou mar aberto, a agricultura, o extrativismo vegetal, a caça e o

artesanato. Mussolini (1980) verificou que o trabalho na pesca era comunitário, sendo que era ao redor da rede que se estabelecia toda uma série de interações entre moradores de um bairro, unindo-os em cooperações, e fazendo com que constituíssem, realmente um grupo local.



Pescaria na Praia do Itaguá. 1952.²⁵

Com relação à agricultura, Mussolini nos informa que, ao lado da agricultura de subsistência, também se desenvolveu a grande lavoura, voltada à exportação. A primeira desenvolvida no interior da própria família, sendo que um compadre ou amigo poderia colaborar em troca de um ‘adjutório’. O principal produto agrícola cultivado em Ubatuba era a mandioca, para a farinha, ao lado do feijão, arroz, cana, milho e, nos últimos anos do séc. XVIII, o café também. O excedente da produção era comercializado em cidades como Ubatuba, Santos e Parati. (Marcílio, 1986:35)

Ainda durante grande parte do século XX, a agricultura de subsistência, assim como a pesca artesanal, eram importantes atividades que garantiam o sustento das famílias. Sua diminuição ocorreu devido, dentre inúmeros fatores, à expansão capitalista, ao processo de urbanização da região, às indústrias pesqueiras cuja exploração se dá em larga escala, às leis de conservação da natureza.

No trecho a seguir, o entrevistado nos fala da prática de atividades voltadas à subsistência em sua própria família:

²⁵ Fonte: Frenette, (2000)

E3: (...) e antigamente era tudo natural, né. Tinha uma farinha que seu avô fazia, como já vi meu avô fazer... plantava um feijão você colhia, (...) você ia no mar pegava um peixe, nada comprado. Não tinha esse negócio de preguiça, hoje, ah!, você tem preguiça de fazer uma hortinha, cuidar; não, antigamente não tinha; que nem meu avô, meu avô tinha tudo, pomar, na horta tinha tudo, pegava fazia tudo aí. Hoje em dia não, hoje em dia você tem que pagar. (Em entrevista a autora em 13/10/2004)

É importante salientar que as comunidades caiçaras de Ubatuba nunca estiveram completamente isoladas, apesar do precário acesso. Sempre mantiveram contato, em maior ou menor intensidade, com as cidades que surgiram e funcionavam como centros exportadores e delas dependendo também para a aquisição de bens que não eram produzidos nos sítios ou nas praias como querosene, sal, anzol, tecido. Estes contatos se davam por via terrestre, fluvial e marítima. (Diegues & Arruda, 2001: 42), como podemos verificar na fala abaixo:

“Naquele tempo viajavam para Santos em canoas de voga²⁶. Levavam ovos, galinhas, palmito, laranja, batata-doce. Levavam até leitões e cabritos. Era tudo na base do remo, e para remar uma canoa de voga é preciso seis homens, cada remador com dois remos grandes”. M.H.F.²⁷

A terra era o principal fator da existência e modo de organização da vida deste grupo. A ocupação – através de posse – das praias, ilhas, enseadas e mar-adentro se deu de maneira dispersa, lenta e desordenada pelo grupo doméstico ou ‘fogo’, que constituía a unidade elementar básica. A partir do séc. XVIII, a ocupação do solo se tornou mais intensa, bem como a condensação dos núcleos já formados, “no sentido de extensão de ganho de novas áreas cultiváveis e da conseqüente diminuição da mata”. (Marcílio, 1986:42)

²⁶ Canoas feitas de um só tronco escavado; herança indígena.

²⁷ Frenette, (2000:66)

Ainda segundo essa autora, (p.51), a preocupação com a titulação da terra se deu com a expansão das lavouras de exportação, mas muito lentamente, convivendo assim com as tradicionais formas de uso da terra, ou seja, a posse simples, sem titulação legal. Porém,

Com a lei de 1850²⁸, interpõem-se barreiras para a formação de novas posses, com a exclusão do pequeno lavrador pobre. Apesar da lei, os caiçaras mantiveram seus usos tradicionais. Só que deixaram de ter o respaldo legal ou a segurança de poderem se transformar, de posseiros, em legítimos donos das terras que trabalhavam. (Marcílio, 1986:62,63)

Dean (2004) complementa a informação acima ao escrever que esta lei não ajudou o pequeno proprietário a obter o título de suas terras, mesmo sendo este um dos objetivos declarados. Para muitos, o custo do registro excedia o valor de suas posses; outros não conseguiam resistir às pressões de figuras socialmente proeminentes que desejavam enormes faixas de terras. Muitas vezes não restava outra opção, a não ser vender – a despeito de proteções corporificadas na lei – ou aceitar um lugar como agregados, tendo que pagar uma renda em produtos e protegendo o novo proprietário com armas contra escravos e inimigos políticos.

A disputa pelas terras sempre existiu, desde os tempos anteriores à chegada dos europeus, revelando-se através de conflitos, manipulações, fraudes. Atravessou épocas históricas e continua presente na atualidade, com os interesses imobiliários, como podemos verificar nas falas seguintes:

E1: Mas nisso que está em Brasília esse projeto dessa estrada [BR-101], que é prá fazer prá segurança da costa brasileira e tudo mais. Pôxa, lá dentro os... eu não cito nomes, mas... o pessoal da política na capital federal sabia disso e começaram a comprar as praias. (...) Quando o caiçara caiu em si, que ele deu de presente tudo aquilo lá, ele não queria sair do lugar, começou jagunço chegar armado, dessas pessoas que compraram prá transformar em loteamento, até morte

²⁸ Lei de Terras: limitava as aquisições de terras devolutas por qualquer outro título que não o da compra.

saiu. (Em entrevista a autora em 16/07/2004)

E5: Vai lá mexer com eles que eles mata a gente. Por que que nós perdemos terreno quase tudo lá da estrada prá dentro? Nós perdemos tudo. Por causa desses jagunços que esses caras pega e joga lá, jagunço. Um cara que tem coragem de dar um tiro numa pessoa! (Em entrevista a autora em julho/2004)

Conhecer como viviam antigamente os caiçaras é um exercício prazeroso, mas difícil. São relatos orais transmitidos através das gerações que mantém vivas as lembranças “daquele tempo”. Aliás, transmitidos cada vez menos. Não há escritos, já que eram, em sua maioria, analfabetos.

As breves descrições acerca de seu modo de vida aqui apresentadas, pertencem a tempos diferentes, não podem mais ser vistos em estado puro. Porém, mesmo sem a dimensão real do cotidiano deste grupo, é possível perceber as transformações ocorridas. Aqueles que pertencem às famílias caiçaras, carregam consigo fortes lembranças:

E2: (...) eu vi a Folia de Reis entrar na minha casa, né? Eu vi, eu vi os boizinhos de carnaval passar na rua de minha casa, né? E... isso foi entrando! Isso aí, isso aí foi um... isso aí também tá no meu espírito. (Em entrevista a autora em 03/01/2005)

“A gente fazia o chiba²⁹ em casa de assoalho. Era aquele bate-pé, e o barulho da dança rufava pelo mundo todo.” S.R.C.³⁰

E3: (...) inclusive aqui do lado tem uma casinha que ficou aí, o filho não quer né, que derrubem, que é do pai, né, dele. É uma casa das antiga, de pau-a-pique. E o filho dele não aceita que derrubem, acho que é a

²⁹ Versão do fandango no Litoral Norte Paulista, compreendendo as modas próprias para os bate-pés, palmeados e os grandes figurados, com acompanhamento de violas. Participam pares, sendo que as mulheres só executam os bailados, não os sapateados. Fonte: <http://brazilsite.com.br/folclore>

³⁰ Frenette, (2000:36)

história, né, do pai. (Em entrevista a autora em 13/10/2004)

“Eu era o maior pescador da região. Lançava a rede e pegava tudo. Tem muito defeito entre um pescador e outro: um pega peixe grande, enquanto o outro só pega peixe pequeno. Eu pego peixe grande. Jogava o arpão e voltava com peixe de 150 quilos. Atrás da corda colocava nove homens prá puxar o peixe arpoado. E isso não é historia de pescador, não; isso é historia de profissional”. A.A.O.³¹

Estes elementos, como já dissemos, ao longo do tempo se transformaram; mas ainda assim são constitutivos da identidade caiçara. Ciampa (2001) considera que não devemos ignorar o passado, assim como não podemos só ficar presos a ele. O mesmo vale para o hoje e o amanhã. A concretude da identidade é sua temporalidade: passado, presente e futuro; portanto, concordando com o autor em questão, ficar discutindo qual deles é importante implica perder a visão da totalidade e tornar a identidade abstrata.

Na página seguinte, foto de um rancho de canoas, ainda comum de se encontrar em praias mais afastadas do centro:

³¹ *Ibid.*, p.29.



Rancho de canoas. Jun/2004. Foto: Claudia Pilan

Capítulo 2: **Principais fatores atuais de desestruturação da identidade caiçara**

C: Quem é o caiçara hoje?

E1: Olha, não sei. Verdade! (Em entrevista a autora em 16/06/2004)

Após vários ciclos econômicos pelos quais passou a cidade de Ubatuba, encontra-se ela, atualmente – e novamente – diante de complexos desafios. Os fatos apresentados neste capítulo constituem mais uma fase do processo de transformação que a cultura caiçara atravessa.

Seu modo de vida e seus valores não são mais construídos através da estreita relação deste grupo com a natureza, como ocorria há décadas passadas. A integração com o mercado, a convivência efetiva com outras culturas e, conseqüentemente, o cenário apresentado a seguir, transformaram radicalmente aquele referencial.

Na década de 1970, com a facilidade das vias de acesso e necessidade de mão-de-obra para a construção civil, novos moradores se instalaram no município. O processo de urbanização, os atrativos naturais, o esgotamento dos grandes centros, fizeram com que as atenções se voltassem para esta região e o processo de migração continua, hoje, contribuindo para o **crescimento desordenado** da cidade, fato que acarreta inúmeros outros problemas.

Os trechos abaixo fazem referência às mudanças provocadas ou, podemos dizer, aceleradas, a partir da construção da BR-101:

E1: (...) aquelas companhias compraram as praias todas

prá fazer os condomínios. Mão-de-obra não tinha suficiente, porque houve de 1972, 73, prá cá, [muito] emprego na construção civil prá população inteira. Só que a população inteira não trabalha em construção civil e nem quer trabalhar... é de tanto espaço, então começaram o quê? Buscar o pessoal do norte de Minas Gerais, na região com a divisa com a Bahia. (...) Aí você termina o seu condomínio, você tem que tirar aquele canteiro de obra do seu quintal, porque vai começar a chegar os turistas, os donos dos apartamentos, das mansões. (...) o pouco que eles ganhavam aqui, porque eles vieram prá trabalhar e muito barato (...) aquela coisa de comprar seu rádio, sua televisão e ainda mandar um dinheiro lá ainda pro primo vir, pro irmão. (Em entrevista a autora em 16/07/2004)

E2: (...) antes da BR, existiam muitas coisas boas aqui em Ubatuba, em todo o aspecto, na natureza, no próprio povo, a natureza pelo lado da beleza, da cidade, da praia... não tinha essas invasões que a gente tem hoje, pessoal invadindo o morro, subindo o morro. (Em entrevista a autora em 17/07/2004)

As **ocupações irregulares** do espaço territorial são um destes problemas. Ocorrem incessantemente; muitas vezes em áreas de preservação permanente e de risco, provocando sérios impactos para o meio ambiente e, conseqüentemente, para a população local e o município. Como exemplo, as fotografias apresentadas na próxima página mostram núcleos habitacionais formados ao lado da rodovia Rio-Santos:



Construções ao lado da BR-101; área verde desmatada. Jul/2005. Foto: Claudia Pilan



Moradias construídas nas encostas do morro. Jul/2005. Foto: Claudia Pilan

O rápido aumento populacional agravou os **problemas de infra-estrutura**, como saneamento básico, por exemplo, potencializados principalmente no período de alta temporada com a chegada dos turistas, o que contribui para que os índices de violência e drogas se elevem no município, distanciando cada vez mais a realidade dos tempos passados, como revela a fala abaixo:

“Essas drogas que agora entram na cidade. Essas mortes

que acontecem antes do tempo. Antes não tinha isso.
Antes, aqui, tinha respeito”. B.O.S.³²

Atualmente o **turismo** é uma das indústrias que mais crescem no mundo e, Ubatuba, que atualmente depende deste segmento, é muito favorecida pela sua exuberante beleza natural; mas a cidade (ainda) não está preparada para atender satisfatoriamente esta demanda que aumenta a cada ano.

Há ainda um outro fator relacionado ao turismo, que a pesquisa permitiu verificar, que é, em muitas ocasiões, a contratação de artistas de fora em detrimento das manifestações folclóricas do povo local, perdendo desta maneira a oportunidade de explorar seu potencial, revalorizar a própria cultura e conseqüentemente gerar mais renda e empregos. A fala a seguir se refere exatamente ao descaso da esfera política da cidade, até então, com a cultural local:

E2: Eles não estão tendo a visão daquilo que falei; Ubatuba é uma cidade turística, se diz turística, né? Turística, só o nome. O turista vem por causa das praias. O turista não vem aqui por causa da... prá ver uma cultura, uma dança folclórica. O turista não vem aqui prá ver a história de Ubatuba, uma história que tem... é da idade do Brasil. Temos aqui Anchieta, tivemos Cunhambebe, Hans Staden. Onde tá essa história? Taí, mas cadê? Onde que o turista pode conhecer isso, onde que o mineiro pode ver isso aí, o baiano, o cearense... não temos! Onde tá a preocupação de nossos governantes de tá mostrando isso aí aos turistas? (...) Aí vem bando de fora... Então isso que a gente fica magoado, né, por causa disso aí. (Em entrevista a autora em 17/07/2004)

Neste outro trecho, o entrevistado aborda a dificuldade que tem para apresentar músicas das manifestações tradicionais caiçaras para jovens, pois os mesmos já não se identificam com tais movimentos:

³² *Ibid.*, p.13.

E1: Se você for colocar um tipo de música que tem mais ou menos a cara daquilo que está acontecendo, daquele movimento, aquela festa folclórica, religiosa, aquela coisa mais de cultura popular, não agrada, porque a grande massa dessa rapaziada que está vindo aí... não quer saber, é capaz de jogar pedra. Então você tem que jogar o que eles querem, prá ter um movimento na festa (...). A Festa do Divino! (Em entrevista a autora em 16/07/2004)

Para atender a indústria turística, a pressão do **mercado imobiliário** é cada vez maior, visando a implantação de complexos turísticos e condomínios de alto padrão, especialmente nas praias, muitas vezes sem um devido planejamento ambiental. Por outro lado, observamos que o estabelecimento destes condomínios em locais onde ainda vivem algumas famílias caiçaras geram inúmeros **conflitos de interesses**, que os trechos apresentados abaixo fazem referência:

E3: Tentaram expulsar nós daqui, chegaram, várias vezes pro meu pai já querendo comprar, <<seo A., o senhor quer 300 mil na sua casa?>> Pô, 300 mil prá gente é dinheiro demais! Então fica subornando. Aí chega o outro, <<não, te dou 400>>. Tá entendendo, porque não querem que a gente fique aqui. Porque eles querem tornar F. um condomínio fechado, que nem a Praia Vermelha, entendeu? Tinha um caiçara, coitado! o que é ele no meio de um monte? daí expulsaram ele de lá também. (Em entrevista a autora em 13/10/2004)

E3: ...e a relação da gente também com esse pessoal de fora não são das melhores (...) porque eles querem uma coisa e a gente quer outra, é vamos supor, fazer (...) o bem prá eles, a gente quer uma luz na rua, (...) eles criticam, (...) vai na prefeitura contra a gente, (...). Pô, antigamente aqui tinha como largar uma rede, hoje não tem, tem as bóia aí que sinaliza, o caiçara não pode jogar uma rede, (...) porque eles fecharam por conta própria deles. (...) eles sempre expulsando. (Em

entrevista a autora em 13/10/2004)

E5: Aqui no Ubatumirim os caiçara vendero tudo a troco de banana, tudo a troco de banana. (...) pobre no meio dos ricos não pode ficar, né? O rico faz tudo prá tirar o pobre do meio deles. (Em entrevista a autora em julho/2004)

E4: ...Então eu me senti assim, depois que vieram os turistas prá cá. É claro que prá nós foi bom, porque trouxe mais dinheiro, mais emprego. Foi bom nessa parte, mas na outra parte assim de, (...) de liberdade, acabou, né? Eles tomaram nossa praia, tomaram de nós, tá arrancando uma coisa da gente né, porque a gente não tem mais a força que ele tem. Hoje em dia o que revolta a gente é o dinheiro. Hoje em dia ele [Governo] dá muito valor à pessoa que tem dinheiro. (Em entrevista a autora em setembro/2004)

Além disso, há um outro fato que gera insegurança e especulação principalmente entre os habitantes das praias e sertões, pelo desconhecimento que o futuro lhes reserva: grandes áreas no interior do Parque Estadual da Serra do Mar pertencem a **grandes empresas** e conglomerados como, por exemplo, Aché Laboratórios Farmacêuticos, Avibrás Aeroespacial, La Bell'Intesa S/A, além de outras cujos proprietários são desconhecidos pelas comunidades. Não verificamos ações sociais ou de nenhuma outra ordem destas empresas junto às populações que vivem próximas ou mesmo dentro de suas áreas.



Mar/2005. Foto: Claudia Pilan

Estes acontecimentos foram acompanhados pela preocupação com a questão da preservação das reservas da Mata Atlântica. A **criação de áreas protegidas**, portanto, foi um outro fator responsável pela transformação de grande parte da área utilizada pelo caiçara, impedindo ou dificultando a utilização dos recursos que até então possibilitavam a sobrevivência em seu próprio território; em troca, nenhuma outra possibilidade ou oportunidade foi oferecida. Para Diegues & Arruda (2001:43),

A modificação do espaço de reprodução material e social para parques e reservas naturais resultou em graves limitações às atividades tradicionais de agricultura itinerante, caça, pesca e extrativismo. Emergiram assim, conflitos com administradores das unidades de conservação, além de uma migração ainda maior para as áreas urbanas, onde os caiçaras, expulsos de seus territórios, passaram a viver em verdadeiras favelas, fadados ao desemprego e ao subemprego.

Para entendermos este processo, algumas informações são importantes: em 1977 foi criado o Parque Estadual da Serra do Mar, abrangendo 28 municípios, dentre os quais Ubatuba³³. Este Parque, o mais extenso do estado paulista, estende-se desde a divisa de Ubatuba com o estado do Rio de Janeiro até Peruíbe, no litoral sul do estado de São Paulo e é recoberto em toda a sua extensão pela Mata Atlântica. E o

³³ Ubatuba tem 47 mil hectares dentro do Parque.

que teoricamente isso significa?

Trata-se de uma área geográfica delimitada, dotada de tributos naturais excepcionais, objeto de preservação permanente. Os Parques Estaduais destinam-se a fins científicos, culturais, educativos e recreativos, constituindo-se bens do Estado e destinados ao uso do povo. O objetivo principal de um Parque Estadual é a preservação dos ecossistemas e da diversidade genética.³⁴

Devido a sua extensão, 315.390 hectares, ele foi dividido em 14 núcleos administrativos. Em 1985 ele foi tombado pelo CONDEPHAAT³⁵, que determinou:

um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através da aplicação de legislação específica, bens para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.³⁶

Também foi promulgada, dentre tantas outras Leis e Decretos, a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000³⁷, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que estabelece critérios e normas para sua criação, implantação e gestão. O Parque Estadual abriga a maioria das unidades de conservação (UC) que estão classificadas em diferentes categorias de manejo, com variados níveis de restrições ambientais, correspondentes às categorias definidas pela Lei citada acima. (São Paulo, 2000)

Com relação às terras do Parque, 30% são de domínio do Estado; os 70% restantes,

estão sob ação discriminatória por iniciativa da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e Instituto de Terras (ITESP), órgãos subordinados à Secretaria da Justiça ou *sub judice* em decorrência de ações de desapropriação indiretas, movidas por pessoas físicas e jurídicas que alegam ser proprietárias das áreas e reivindicam do Estado indenizações

³⁴ Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>

³⁵ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, criado em 1967.

³⁶ Fonte: <http://www.prodiam.sp.gov.br>

³⁷ Texto integral consultar: <http://www.isa.org.br>

de valores altíssimos.³⁸

Esta é uma complexa questão que deve ser analisada cuidadosamente, como tema até para futura pesquisa, pois, conforme escreveu Diegues (2001), a criação de áreas protegidas não se trata de uma simples ‘conservação do mundo natural’, já que levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico, principalmente para as populações que residem no interior destas áreas.

Já Ferreira (2004) considera que, muitas vezes, a instituição de uma unidade de conservação apresentou-se aos seus moradores como o único instrumento político que garantiu a sua permanência no local, tendo em vista, por exemplo, conflitos fundiários enfrentados com grandes corporações do setor imobiliário.

Diegues & Arruda (2001:43), abaixo, referem-se às reações que tomaram corpo em determinadas localidades com o apoio de algumas instituições no sentido de defenderem a permanência dos caiçaras nas terras:

A partir da década de 1980, quando a pressão dos órgãos governamentais ambientalistas sobre as comunidades caiçaras se fez maior, várias organizações não-governamentais e institutos de pesquisa passaram a apoiá-las no esforço para permanecerem em seus territórios. Começaram a surgir em alguns locais, associação de moradores, as quais se fizeram ouvir em reuniões governamentais e congressos, dando início a um processo de reafirmação da identidade cultural caiçara, abafada por décadas de discriminação por parte das autoridades e das elites urbanas interessadas na expropriação de suas terras.

No entanto, as relações se mostram um tanto quanto contraditórias; não podemos nos esquecer que há muitos interesses em jogo, e os caiçaras, em sua maioria inexperientes de participação política, como aponta Ferreira (2004) e desconhecedores de seus direitos enquanto cidadãos, representam o lado mais fraco da história. A fala abaixo traduz esta situação:

E3: ...nós, caiçara, temos direito de ir lá, dialogar, falar, pedir. Só que a gente vai lá e pede um apoio prá eles,

³⁸ Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>

daqui a pouco esse cara que falou que ia dar apoio prá nós, tá tomando uísque na casa do cara que ia acabar com nós, tá entendendo. É o que acontece, maior suborno. (Em entrevista a autora em 13/10/2004)

Todos estes fatores estimulam a **degradação dos recursos naturais** e a **poluição do meio ambiente**. Apesar das Leis, a exploração ilegal (tanto da parte dos caçaras assim como do migrante e dos turistas) avança nas áreas do Parque com os desmatamentos, derrubadas de árvores, queimadas, formação de pastos, comércio de grandes áreas e pesca irregular. Tudo acontecendo a olhos vistos e com o conhecimento de autoridades, ONG's e moradores.

A seguir, entrevistado fala do esgoto jogado diretamente no mar e no rio por um famoso hotel localizado na região e pelas mansões dos veranistas; o posterior se refere à poluição que tomou conta de um outro importante rio do município:

E3: Já vieram aí, fizeram análise entendeu, viu que tá acabando com a praia, várias casas de magnatas em frente ao rio jogam... o esgoto. (...) Dá aquelas mancha verde assim na areia, em volta. Então, meu filho mesmo pega micose direto, (...) devido ao hotel e devido a todos aqui, né. Aos poucos tá acabando isso aí, é revoltante. (Em entrevista a autora em 13/10/2004)

E2: ...dá muita saudade na gente quando fala no rio, né. Esse Rio Grande aqui... chegava essa época do verão a gente ia pro rio se banhar, (...) tinha uns poços onde a gente mergulhava, tinha a época onde ia pescar, pescar de varinha ou de linha mesmo, bagre, jundiá... é... cará, é... tilápia... lambari... vários peixes que tinham e tinham os peixes também do mar, adentravam ao rio, que a gente pegava também, que era o robalo, as carapevas, os peixes-reis. (...) Hoje a gente vai ver um rio, você não... né? Nem a pedra do fundo do rio às vezes você não vê mais, o lodo que tá, a poluição, já tomou conta, nem a pedra você vê. Então eu volto nessa saudade minha. (Em entrevista a autora em 03/01/2005)

As fotos abaixo também são uma prova do descaso com a natureza:



Riacho no bairro da Casanga com grande quantidade de lixo. Abr/2005. Foto: Claudia Pilan



Local onde foi filmado Desmundo; grande área desmatada. Jun/2004. Foto: Claudia Pilan

Nesta outra fala, também há referência sobre a destruição gradativa de dois

outros rios da região:

E5: O nosso rio já tá destruído. O Rio Poruba e o Rio Quiririm. Já, já tá acabado, acabado. (...) Ninguém faz nada, não tem jeito! Lá em cima [Cambucá] tão jogando esgoto de banheiro no rio. Aqui, você vai aí, no jeito que nós andemo, pelo Rio Quiririm, agora, destruído tudo a barranca pelos pescador. De primeiro ninguém pescava de barranca não; eu não me lembro que pescasse em barranca; tudo de canoa. As barranca dos rio tava tudo perfeita, tudo cheia de mato; hoje cê vai, a barranca tá tudo no rio. (Em entrevista a autora em julho/2004)

As fotos seguintes comprovam a pesca realizada de forma inadequada ocasionando a destruição da mata ciliar³⁹, cuja proteção, garantida pelo Código Florestal (Lei 4.771 de 15/09/65)⁴⁰, deveria se dar também na prática, com a devida fiscalização e orientação aos pescadores:



Pesca à margem do Rio Quiririm. Jun/2004. Foto: Claudia Pilan

³⁹ Mata ciliar: diversas formações vegetais, inclusive as estreitas faixas de florestas ocorrentes nas margens dos rios.

⁴⁰ Fonte: <http://www.planalto.gov.br>



Rio Quiririm: parte da margem e vegetação destruídas. Jun/2004. Foto: Cláudia Pilan

A Floresta da Mata Atlântica⁴¹ é uma grande vítima nesta história, (prova cabal de nossa irresponsabilidade e atraso), “que forneceu coisas demais, com facilidades demais” (Dean, 2004:15), desde tempos anteriores à chegada do povo tupi⁴². E continua a fornecer.

Após 500 anos de utilização contínua, restam dela menos de 4% de sua área original e outros 4% em floresta secundária⁴³, que cresce sobre uma área desmatada, mas que em termos de biodiversidade jamais será igual à floresta primária. (Anexos 02 e 03). No Estado de São Paulo (Anexo 04) encontramos os maiores remanescentes da Mata Atlântica e, embora 7% do Estado estejam recobertos por florestas nativas, apenas 3% estão sob proteção de parques e similares. (Brito apud Olmos et al., 2001:280)

O conhecimento que os caiçaras possuem sobre os ciclos natureza está se perdendo ao longo do tempo. São importantes informações que poderiam ser aproveitadas para a elaboração de projetos na região, como por exemplo, em

⁴¹ Esta floresta é o terceiro *hotspot*, de um total de 34. Este conceito estabelece as áreas de alta biodiversidade do planeta e prioritárias para ações urgentes de conservação.

⁴² Há evidências da presença de grupos coletores-caçadores na região da Mata Atlântica que datam de cerca de 11 mil anos; existem datações em sítios esparsos que remontam há 50 mil anos, mas permanecem controversas. O grupo tupi se aproximou da região da Mata Atlântica por volta do ano 400. (Dean, 2004:38e47)

⁴³ Fonte: <http://www.rbma.org.br>

programas de manejo dos recursos naturais, programas educacionais, enfim, uma infinidade de atividades, além de se abrir uma oportunidade de trabalho para muitos que ainda se encontram na ilegalidade.

A ilegalidade a que nos referimos é a exploração de áreas protegidas por atividades ditas tradicionais, como a queimada, a caça e a pesca. Como resultado desta superexploração, inúmeras espécies estão em vias de extinção.⁴⁴

O desconhecimento, por parte de muitas pessoas, moradores ou não, acerca do manejo dos recursos naturais que a região oferece, está presente nas falas apresentadas a seguir:

E2: ...até tenho uma história... Então, marisco, o caicara sabia a época, de sair o marisco da costeira, sabia a maré, sabia quando tava gordo ou não... então esse povo foi chegando, o povo que eu falo, é esse povo que veio em função do desenvolvimento, em função da construção civil, mineiros, nortistas, né... nordestinos e... vieram e não sabem manejar essas coisas que nós tínhamos aqui. Um exemplo disso, uma época, eu tava pescando com o meu pai aqui na praia do Matarazzo, daqui a pouco chegou dois cidadãos, um com uma enxada na mão e um com uma pá, na costeira e nós pescando, eu falei: <<será que vão virar concreto nessa beira de costeira?>> né? brinquei com o meu pai e nós ficamos quietos, né. Não demorou muito, a dar assim... cinquenta metros, cem metros, começaram a... a raspar o marisco com a enxada. Tirar o marisco da costeira com a enxada. Um tirava e o outro enchia com a pá, enchia em cinco minutos, dez minutos, um saco de marisco, sem escolher, né, e estragando a costeira. O lugar que você tira, raspa assim, não fica a semente, então não nasce mais marisco nenhum ali. (Em

⁴⁴ Atualmente estamos passando pela segunda crise de extinções na Mata Atlântica; a primeira foi quando da redução da mata pelos agricultores indígenas. No plano global, está em curso a Sexta Grande Extinção, obra da espécie humana, e há pouco tempo para evitar mais perdas. (Olmos et al., 2001:279)

entrevista a autora em 17/07/2004)

E1: Esse pessoal (mineiros), vieram de um estado inclusive que a gente sabe, não tem mar, então é um... a pessoa fica assim fascinada de vir prá Ubatuba, um lugar como é essa região e tem um mar a sua disposição, prá tomar banho de mar, cachoeira, tudo o mais. (Em entrevista a autora em 16/07/2004)

Como conseqüência, além do empobrecimento e desagregação, a dependência da economia de mercado vem se tornando cada vez maior. Os caiçaras que ainda vivem em suas áreas foram obrigados a buscar formas alternativas de trabalho ou permanecer na ilegalidade:

E3: ...então, elas [as mulheres] trabalham de doméstica né, limpeza de casa, trabalha mensal. Em temporada trabalham por dia, fora de temporada trabalham mensal. Várias casas prá limpar. (Em entrevista a autora em 13/10/2004)

E4: Aqui a pesca foi enfraquecendo, os peixes não tinha, aí eles começaram a pegar outro tipo de serviço, tipo jardineiro, essas coisa, uma profissão, outra, prá sobreviver. (Em entrevista a autora em setembro/2004)

Com tantas transformações, a crença religiosa do povo de Ubatuba não poderia permanecer incólume. Segundo Oliveira (s.d.), até meados do século XIX, a religião católica predominava absoluta no município, até que em 1868 chegaram os primeiros folhetos evangélicos, influenciando algumas pessoas e abrindo as portas para o aumento deste segmento. Até hoje, o número de templos e associações evangélicas, bem como o de adeptos em toda a região vem crescendo e modificando fortemente alguns aspectos da cultura caiçara.



Igreja Matriz; altar em formato de canoa. Out/2005. Foto: Fernando Haddad

Os trechos abaixo falam das modificações, principalmente no que diz respeito às manifestações folclóricas e festas tradicionais, que o avanço das igrejas evangélicas provocam:

E5: O pessoal era tudo católico. Hoje das três parte, tem uma católico e duas crente. Ói, chegava aqui São Pedro, Santo Antonio, Senhor Bom Jesus, Nossa Senhora Santana, era só foguete que subia aí por esse mundo. Era festa lá... que tão festejando o santo né, hoje acabou, não se vê mais nada. (Em entrevista a autora em julho/2004)

E1: Mas com a abertura da estrada principalmente, é... são muitos os segmentos religiosos diferentes que invadiram esses sertões. E essa invasão, agora tô falando do lado folclórico, da cultura popular. Desapareceu com a cultura popular, porque de repente você é de uma família que todos, você, seus irmãos,

pais, enfim, todo mundo de sua família toca viola, faz uma ciranda, um fandango caiçara gostoso, tudo mais, é... recebe a bandeira do divino, as romarias, as grandes festas. Tudo isso praticamente desapareceu, por quê? Porque você trocou de segmento religioso, ou seja, trocou de religião, e aí vem um pessoal fazer uma pregação prá sua comunidade que não tem identidade alguma com o lugar que você vive e... prá dizer a verdade não sabe o significado da palavra... respeitar a maneira de ser daquele tal cidadão, do tal lugar. Chega, faz a pregação dele, ganha a tua cabeça e você se transforma. Em outras palavras, você deixa de tocar, por exemplo, a viola, fazer tudo isso, uma cultura popular linda, belíssima, sabe... centenária e, é pecado, você não faz mais. (...) Agora isso lá do norte todinho do município está assim. Cada vez mais. (...) então você perde os grandes tocadores de viola, contadores de causos, enfim... porque tudo se torna pecado, tudo é pecado. Então você vai ajudar a diminuir, a apagar a sua identidade. Com certeza ajuda. (Em entrevista a autora em 16/07/2004)

Não é apenas a mudança da religião que vem, ao longo do tempo, provocando a desestruturação da identidade caiçara; todos os fatores anteriormente citados são igualmente responsáveis. São os desafios aos quais nos referimos no início do capítulo, que se não forem devidamente enfrentados, suas conseqüências atingirão a todos. De que forma a identidade caiçara chegará ao fim desta fase crucial?

Capítulo 3: **Análise dos fatos e proposta para superação dos desafios**

Quando secam os oásis utópicos estende-se um deserto de banalidade e perplexidade. (Habermas, 1987:114)

As ocorrências apresentadas são evidências históricas de lutas pelo poder, pelo domínio de terras e de homens. Elas refletem o que ocorreu neste país, principalmente no litoral, com a chegada dos europeus no século XVI. Os índios foram exterminados em violentos confrontos. Seu sangue, assim como o dos negros, lavou o chão desta terra que também foi usurpada e saqueada em suas riquezas até a última árvore de pau-brasil, “apesar da Carta Régia de 13 de março de 1797 que afirmava ‘ser necessário tomar as precauções para a conservação das matas no Estado do Brasil, e evitar que elas se arruinem e destruam’”. (Carvalho apud Diegues, 2001:111)

A época moderna começa com a negação do outro e desde então o Ocidente nunca mais encontrou o outro. Aonde foi, o homem europeu encontrou a si mesmo, não saiu de seu panorama e toda vez que encontrou a diversidade, a exterminou e a reprimiu. (Balducci apud Tassara, 1996:301)

Entretanto, não podemos deixar de verificar que alguns movimentos citados neste trabalho podem ser caracterizados como tentativas de afirmação do sujeito, neste caso, coletivo, frente às imposições de sistemas dominantes, como foi o caso da Confederação dos Tamoio contra os portugueses, dos comerciantes contra o desvio das exportações para o porto de Santos e das reações de algumas comunidades caiçaras frente às intervenções do Estado em suas terras.

Em muitos aspectos, em Ubatuba, no início do século XXI, a história se

repete. Os caiçaras não foram dizimados em confrontos, mas pouco a pouco estão sendo expulsos de seus locais de origem devido a pressões de toda ordem, como vimos anteriormente. Sua identidade se dilui nos novos costumes e valores que a vida moderna impõe e com os quais os caiçaras também se identificam, ou são por eles seduzidos, facilitando a dominação. Tassara (1996:307) analisa esta estratégia no trecho abaixo quando há o encontro de culturas diferentes:

Quando o contato intercultural leva a um choque em que o dominador tenta eliminar as diferenças que caracterizam o dominado (o que já ocorre, inconscientemente, por parte do dominado, através da identificação com o agressor), não é apenas a sobrevivência de uma dada comunidade que está ameaçada. O humano está ameaçado.

Ameaçado porque, ainda de acordo com esta autora, a troca de experiências é fundamental para a construção de subjetividades, e isto requer o reconhecimento e aceitação da alteridade. Este é um dos argumentos que respondem à questão até então implícita: por quê não se deve deixar a cultura caiçara desaparecer? A quem isto interessa?

Não se trata somente da beleza desta cultura, mas da consolidação de nossa identidade enquanto um povo multicultural frente à crescente hegemonia imposta pelo atual sistema, que depende do reconhecimento de nossa história e das minorias étnicas, que compõem este país e o caracteriza. Mas, sobretudo, constitui-se num desafio, ou melhor, num exercício constante de humanidade, que é a superação dos mecanismos de formação do racismo, doutrina que por todo o planeta promove conflitos e atraso no desenvolvimento humano em todos os níveis e que “está a progredir como parte integrante do desenvolvimento do sistema mundial capitalista”. (Wallerstein e Ballibar apud Santos, 2003:145)

Mais uma vez, a observação de Tassara (1996:307) nos auxilia neste raciocínio com relação ao Brasil, ao afirmar que é importante que a experiência brasileira não tenha sido um sofrimento em vão, mas que contribua para a abertura do universo humano e para a construção de uma utopia pacifista e humanista capaz de transcender a anunciada morte do sujeito.

Para muitos, impedidos – não por acaso – de conscientizar-se dos valores que subjazem à dinâmica do capitalismo, o confunde com naturalidade, em consequência de um almejado progresso onde o novo se impõe como um valor positivo e desejável em si mesmo. Este caminho legitima a exclusão de grupos, bem como seu confinamento em territórios de não-integrados. (Tassara, 1996)

Esta observação pode ser ratificada pela atual existência de quatro aldeias Guaranis no interior do Parque Estadual da Serra do Mar, sendo duas em Ubatuba e que, para sua sobrevivência e permanência no local, dependem de ações do governo federal, estadual e também do município. Quanto aos caiçaras, é cada vez maior o número de famílias expropriadas de seus territórios que engrossam bairros periféricos e morros.

Não se trata somente de uma mudança de moradia. Todo um universo simbólico vai ficando para trás, bem como suas raízes que são elementos constitutivos da identidade deste grupo, que tem visto seu mundo desaparecer diante de seus olhos: o folclore, os costumes, a solidariedade, a natureza.

Desta forma, Ubatuba segue a tendência mundial da massificação e da imposição de um discurso padronizado como se fosse verdade absoluta, que tem como objetivo eliminar as diferenças como forma de eliminar os limites que estruturam identidades, especialmente quando interessa manter o *status quo* de determinadas classes da sociedade que defendem interesses particulares, os quais não coincidem, logicamente, com o bem coletivo. (Tassara, 1996)

Como percebemos, não há nada de natural neste processo que na realidade é imposto para atender aos interesses – principalmente financeiros – de uma minoria em detrimento de grupos que são obrigados a seguir excluídos do processo de produção capitalista. Grupos que também são vistos como naturalmente recessivos e em extinção. (Tassara, 1996)

As considerações até aqui apresentadas nos levam a afirmar que a verdadeira ameaça à identidade caiçara, não é a leva de migrantes que, principalmente a partir de 1970, passou a viver em Ubatuba, em decorrência da oferta de trabalho na construção civil. Eles também viviam em condições de pobreza em seus estados de

origem, constituindo igualmente uma classe de excluídos. Este e os outros fatores apresentados são, na verdade, problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes.

A verdadeira ameaça teve início com a expansão do capitalismo comercial, que segue, hoje, sustentado pela ideologia do neoliberalismo atingindo incessantemente países e culturas.

Isto comprova que para todos – uns mais, outros menos – o capitalismo simplesmente significa a negação dos próprios interesses e direitos. Enquanto uns seguem excluídos, vivendo miseravelmente, outros seguem alienados, orientados pelo consumo.

Observamos passivamente a confirmação de uma realidade cada vez mais injusta, onde as diferenças sociais crescem e os benefícios são para poucos. Onde também presenciamos o ar, a água, enfim todo o meio ambiente, importante para todas as formas de vida, sendo destruído e contaminado. Tudo em nome de um desenvolvimento repleto de contradições, entendido como infinito e alimentado pelo crescimento econômico, tecnológico e pelas ampliações das relações. (Santos, 2003)

O caiçara, assim como tantos outros, também faz parte deste processo, cujo trabalho não produz lucro suficiente, mas encontra-se inserido na atual realidade ocupando, muitas vezes, posições subalternas, informais, ou seja, à margem do sistema. Trata-se de uma inclusão falaciosa, que na realidade exclui tais grupos sociais, contribuindo para produzir uma falsa consciência da realidade. (Tassara, 1996)

A reflexão de Berman (2003:110) no trecho abaixo, com relação ao capitalismo, é bastante apropriada para a continuidade destas observações, pois consegue expor claramente a decadência, do ponto de vista humano, deste sistema:

O problema do capitalismo é que, aqui como em qualquer parte, ele destrói as possibilidades humanas por ele criadas. Estimula, ou melhor, força o autodesenvolvimento de todos, mas as pessoas só podem desenvolver-se de maneira restrita e distorcida. As disponibilidades, impulsos e talentos que o mercado pode aproveitar são pressionados

(quase sempre prematuramente) na direção do desenvolvimento e sugados até a exaustão: tudo o mais em nós, tudo o mais que não é atraente para o mercado é reprimido de maneira drástica, ou se deteriora por falta de uso, ou nunca tem uma chance real de se manifestar.

Habermas (1983) considera que o ‘sistema’ (estado e mercado) vem colonizando o ‘mundo da vida’. Este último refere-se à matriz de onde tiramos nossas certezas; trata-se de um saber pré-teórico compartilhado intersubjetivamente, que se constrói no cotidiano, na conduta das pessoas, na força da tradição e na solidariedade; sua lógica é o entendimento.

Para este autor, estes dois conceitos indicam paradigmas diversos. Para fins de um esclarecimento teórico, podemos dizer que o mundo da vida fundamenta-se sobre três totalizações diferentes: o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo e é intermediado pela ação da linguagem.

Os dois primeiros situam-se no universo externo da vida dos indivíduos e são articulados política e ontologicamente; o terceiro refere-se ao universo interno e nele se totalizam as experiências vivenciadas e transformadas em conhecimento subjetivo, que é reconhecidamente válido e necessário para exteriorizar a ação e a razão no aspecto comunicativo. (Silva, 2001). Na articulação destas instâncias como um todo, se produz a dialética.

Já o sistema pauta-se na racionalidade estratégica através de ações estratégicas e instrumentais. A lógica do sistema capitalista submete indivíduos e grupos aos seus princípios e, conseqüentemente, o lucro, a acumulação de bens, o sucesso, o controle acabam por ser valorizados e desejados por todos. “O funcionamento do sistema rejeita o saber intuitivo do mundo da vida e de seus membros” (Habermas, 2002:84), e “aparentemente” não há alternativa, a não ser submeter-se às suas normas.

Nesta perspectiva, o mundo da vida dos caiçaras, cuja identidade aos poucos se fragmenta e dilui, está sendo colonizado pelo sistema, permanecendo, desta forma, como um pano de fundo, neutralizado, perdendo sua força coordenadora em relação à ação, conforme Habermas (2002:97) nos explica:

E como todos os outros dados do mundo da vida (que nesse momento não é mais compartilhado intersubjetivamente), também os participantes da ação aparecem apenas como fatos sociais – como objetos que o ator pode influenciar ou induzir para que apresentem determinadas reações.

Na Teoria da Ação Comunicativa, Habermas (1983) faz uma análise teórica e epistêmica da racionalidade como sistema operante da sociedade e propõe uma distinção entre os processos de racionalização das ações determinantes para a evolução social, pois, segundo ele, a racionalização do agir tem efeitos não somente sobre as forças produtivas, mas também, de modo autônomo, sobre as estruturas normativas.

Em contraposição à lógica instrumental, própria do sistema capitalista, cuja racionalidade está reduzida na sua dimensão estratégica, o referido autor propõe a ação comunicativa, considerada por ele como uma possibilidade de levar a sociedade a um outro nível de desenvolvimento humano.

Ela [a teoria do agir comunicativo] requer não uma ampliação de nosso controle sobre a natureza externa, mas um saber que possa se encarnar em estruturas de interação: em poucas palavras, uma ampliação da autonomia social em face de nossa própria natureza interna. (1983:126)

Para Habermas, as ações racionais com relação *ao fim* – o agir estratégico – podem ser consideradas sob o aspecto da eficácia empírica dos meios empregados e o da consistência da escolha entre meios adequados. Este tipo de racionalidade orienta-se somente para o próprio sucesso, independentemente do consenso ou não entre outros sujeitos da ação. No caso em que se exige a concordância, então é preciso uma articulação normativa ou uma institucionalização para este tipo de ação, cujas estruturas de racionalidade se materializam em mecanismos como tecnologias, estratégias, organizações e qualificações.

Já a racionalidade dos meios – o agir comunicativo – ao contrário do anterior, dentre outras coisas, orienta-se no sentido do respeito às normas intersubjetivamente válidas; ele apenas pode ser racionalizado, segundo Habermas (1983:33), sob “o aspecto prático-moral da capacidade de entender e coordenar do sujeito de ação, bem como da possibilidade de justificação no que se refere à norma de ação”. Aqui as

estruturas de racionalidade se materializam também “nas mediações do agir comunicativo, nos mecanismos que regulam os conflitos, nas imagens do mundo, nas formações de identidade”. (p.35)

Este tipo de razão é processual, “construída a partir da relação entre os sujeitos, enquanto seres capazes de se posicionarem criticamente diante das normas” existentes. (Aranha & Martins, 1996:289)

Não se trata de negar o valor e as conquistas possibilitadas pela racionalidade estratégica, “mas de resgatar o que é perdido em termos de humanização quando a razão técnica se sobrepõe à razão vital” em setores que deveriam ser regidos pela razão comunicativa. Aí está a irracionalidade do mundo moderno e sua patologia. (Aranha & Martins, 1996:14).

Com relação ao desenvolvimento de tais estruturas de racionalidade, Habermas (1983:35) sustenta a tese de que ele:

(...) funciona como ‘abridor de caminhos’ para a evolução social, já que novos princípios de organização social significam novas formas de integração social; e essas, por seu turno, tornam possível a implementação das forças produtivas existentes ou a produção de novas, bem como o aumento da complexidade social.

Se nos basearmos nos acontecimentos históricos, estabelecendo paralelismos com o que ocorreu aos indígenas, poderíamos dizer que o destino do caiçara está selado, assim como o de Ubatuba e o da Mata Atlântica (do que dela resta).

Trata-se de um determinismo que não deve ser aceito naturalmente. Habermas (1983) também o rejeita e propõe o rompimento do poder do passado⁴⁵ sobre o presente. Assim, ele parte da premissa de que tudo pode ser diferente ao assumirmos escolhas, objetivos e justificá-los através de argumentos, não pela via administrativa, mas através da comunicação criadora de normas e valores, considerando as dadas condições históricas e materiais.

Habermas defende a restauração do mundo da vida e a descentralização do

⁴⁵ Não se trata da desvalorização do passado ou das tradições a ele relacionadas.

sujeito, já que a razão comunicativa supõe o diálogo e a interação, ambos mediados pela linguagem e pelo discurso. Para isto, ele propõe a abertura de espaços de interlocução, nos quais todos os interessados que buscam um entendimento acerca de problemas em comum, tenham a oportunidade de participar.

No agir orientado para o acordo, segundo Habermas (1983:13), apresentam-se implícitas, desde sempre, pretensões de validade universais inseridas nas estruturas gerais da comunicação possível: “pretensões de compreensibilidade da expressão simbólica, de verdade do conteúdo proposicional, de veracidade das manifestações externas intencionais e de justiça do ato lingüístico em referência a normas e valores válidos”, além da total ausência de qualquer tipo de coerção ou violência.

Através de ações comunicativas, Habermas (1983) também considera possível controlar os limites da intervenção do Estado na sociedade, fazendo com que o mesmo estruture suas leis conforme os interesses e necessidades de todos os segmentos sociais e não apenas de uma determinada classe. Nas palavras do autor, “enquanto a sociedade conservar estruturas classistas, a organização estatal não pode deixar de privilegiar os interesses parciais em relação aos gerais”. (p.92)

A comunicação é proposta por Habermas (1987) como uma nova utopia motivacional para a evolução social, em substituição à utopia de uma sociedade do trabalho que, segundo sua análise, já esgotou sua força persuasiva. Conseqüentemente, durante o processo de constituição de estruturas mais abrangentes, as sociedades e os indivíduos se modificam, assim como suas identidades. Mas tal mudança requer um novo nível de aprendizagem, não mais voltado simplesmente para a dimensão do saber tecnicamente valorizável, mas também para o da consciência prático-moral.

Neste caminho, através de uma nova integração social promovida pela ação comunicativa, questões relativas à formação e administração racional de identidades encontram espaço para serem articuladas. Esta concepção administrativa vai ao encontro do discurso existente em Ubatuba, que a pesquisa permitiu verificar e que será apresentado a seguir.

Muito se fala sobre preservação e resgate em Ubatuba, seja com relação à

cultura local, à natureza, à história e por aí afora. O slogan de campanha do atual prefeito eleito em 2004, Sr. Eduardo de Souza Cesar, era *Resgate Ubatuba*. Homenagens são rendidas à figura folclórica do caiçara, como a estátua (p.13), o museu, eventos e festas.

São ações relevantes, tendo muitas vezes à frente pessoas sérias e verdadeiramente comprometidas com a causa. No entanto, tais ações não têm o fôlego necessário para, sozinhas, impulsionar uma real recuperação desta subcultura. O próprio caiçara, que ainda está aí, resistindo, vivencia, em sua maioria, muitas dificuldades, exclusão e falta de reconhecimento, como já vimos. O caminho não é transformá-lo em curiosidade para visitação turística ou assunto de produ o acad mica, mas sim que recebam condi es para se tornar cidadãos efetivos e que possam caminhar com as próprias pernas, sem necessidade de um interlocutor. (Olmos et al., 2001)

Abaixo, a foto de uma placa, ressaltando o meio ambiente e insistindo no discurso preservacionista. Poderia ser: *Preserve o nosso meio ambiente. Vamos construir nosso futuro*. E o futuro inclui todos, caiçaras e não-caiçaras.



Placa na praia Barra Seca. Abr/2005. Foto: Claudia Pilan

Tentar conferir estabilidade ao próprio mundo vital através de meios restaurativos pode ser entendido como uma ironia que “consiste na autocompreensão err nea por parte de um tradicionalismo que surge na esteira da moderniza o social

e apenas imita uma substancialidade já decaída”. (Habermas, 2004:260)

O referido autor assinala que a mudança acelerada das sociedades modernas manda pelos ares todas as formas estacionárias de vida, por isso é importante compreendermos que o ponto de vista ecológico da conservação das espécies não pode ser transportado às culturas. Ou seja,

As espécies se reproduzem quando um número suficiente de exemplares evita a morte; as sociedades se reproduzem quando evitam que sejam transmitidos erros em demasia. (1983:153)

... a defesa de formas de vida e tradições geradoras de identidade deve servir, em última instância, ao reconhecimento de seus membros; ela não tem de forma alguma o sentido de uma preservação administrativa das espécies. (2004:258)

Como proposta, Habermas (2004:259) destaca a importância da autotransformação para a sobrevivência das culturas:

Formas de vida que, do ponto de vista cultural, foram suficientemente fortes e atrativas para estimular a vontade de se auto-afirmar (...) só lograram manter-se vivas, em alguns de seus traços, graças a uma força de ‘autotransformação’. Mesmo uma cultura majoritária que não se vê ameaçada só conserva sua vitalidade através de um revisionismo irrestrito, do esboço de alternativas ao que existe até hoje ou da integração de impulsos alheios – até o ponto de romper com algumas de suas próprias tradições.

Ele também (1983:78) observa⁴⁶ que conflitos que possam surgir em decorrência, por exemplo, do ingresso inesperado em novas posições e esferas existenciais, constituam uma carga tão forte para o indivíduo ou grupo, que estes se encontram diante da alternativa de se quebrar ou iniciar uma nova vida. Para que uma autotransformação seja possível, faz-se necessário a apropriação crítica dos valores e tradições que até então legitimavam uma determinada identidade convencional, isto é, aquela delimitada sob o ângulo do conteúdo:

⁴⁶ O autor fez esta observação com relação aos indivíduos, porém nós a transportamos para a dimensão coletiva.

A identidade coletiva não se apresenta mais aos indivíduos como conteúdo de uma tradição, sob a qual desenvolver a própria identidade, como podia ser feito com base em um elemento solidamente objetivo. A verdade, em troca, é que os indivíduos tomam parte no processo formativo e decisional de uma identidade que deve ser ainda projetada coletivamente. (Habermas, 1983:91)

Este processo explica o que o autor denomina identidade pós-convencional, fundada na consciência de ter oportunidades iguais e gerais para participar em processos criadores de normas e valores. Falar de uma identidade racional, portanto, revela um conteúdo normativo deste conceito.

Neste sentido, a identidade não se trata apenas de algo que assumimos, mas também de um projeto de nós mesmos, ou melhor, como uma expectativa de algo a ser criado, no “qual todos os membros da sociedade podem se reencontrar, se reconhecer reciprocamente e se respeitar”. (Habermas, 1983:91)

Retomando a teoria de Ciampa, apresentada na Introdução acerca do processo de transformações pelos quais passa uma identidade, podemos afirmar, a partir de circunstâncias concretas observadas por esta autora na região, que a identidade caiçara em Ubatuba está se superando, mas através de sua destruição e corre riscos reais de se tornar mais uma ausência no panorama nacional. E de que forma esta transformação poderia assumir um caráter emancipatório e evitar o desaparecimento?

Desconhecemos o futuro, porém, como nossa posição é contrária a um determinismo, como já dissemos, alguns condicionantes nesta luta estratégica podem ser manipulados pelos participantes, agora, no presente, retirando, portanto, as expectativas para tais mudanças do futuro. E isto diz respeito também à natureza local:

Muitas das medidas necessárias são baratas e muitas levam a benefícios econômicos locais. Se vamos efetivar tais medidas é assunto para esta geração. Quando a próxima tiver oportunidade de decidir, poderá ser tarde demais. (Pimm & Jenkins, 2005:65)

Retornando à proposta do agir comunicativo, até mesmo Habermas (2004) a

considera uma base muito frágil, mas que pode representar uma chance se os envolvidos recorrerem às coisas que têm em comum e que dispõem no momento.

Para ele, a discriminação só pode ser abolida “por meio de uma inclusão que tenha suficiente sensibilidade para a origem cultural das diferenças individuais e culturais específicas” (p.172). Entendemos que o autor em questão valoriza tanto a esfera coletiva quanto a individual, sem relação de hierarquia entre ambas. A igualdade moral, que se refere à igualdade de direitos entre todos os indivíduos e a liberdade ética, que é a valorização da subjetividade humana e da liberdade de cada um para assumir escolhas, ser o autor de sua própria história enfim, se pressupõem mutuamente.

Habermas (2004:173) aponta para a necessidade da aquisição de uma linguagem política e convenções de comportamento comuns para a participação eficiente na competição por recursos e na proteção dos interesses do grupo numa arena política compartilhada, que possibilite também conciliar tradição e inovação, etnocentrismo e multiculturalismo, o global e o local, a preservação e o desenvolvimento.

Tassara (1996) reafirma esta necessidade ao escrever que afirmar o grupo como sujeito não é suficiente. Torna-se necessária a apresentação de um programa político, de uma ideologia alternativa à da sobrevivência dos mais fortes e que valorize a diversidade.

Os portadores da evolução social são as sociedades e os sujeitos de ação ligados a elas e algo só pode ocorrer se, conscientemente, os mesmos desejarem. A teoria aqui apresentada não é o caminho único, mas uma proposta para a edificação de identidades e para o enfrentamento dos problemas e conflitos gerados pelo próprio capitalismo.

Esta proposta também não significa o fim dos problemas. Isto seria uma grande ingenuidade de nossa parte. Tais inovações designam, não apenas um novo nível de aprendizagem, mas novas situações problemáticas, ou seja, outras categorias de tensões que acompanham a nova formação social, assim como a aquisição da capacidade para resolvê-las. Com isto, é adquirida a consciência de novas situações

problemáticas. Desta forma, revela-se a dialética do progresso. (Habermas, 1983)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hans Staden de Homberg, soldado alemão nascido em Hessen, em sua segunda viagem para a América, se tornou prisioneiro dos tupinambá durante oito meses, em 1554, na aldeia de Iperoig. Tendo escapado com vida, de volta à Europa, escreveu *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*, onde relatou suas viagens, a natureza do Brasil e descreveu os costumes dos tupinambá: crenças, valores, língua, comida, família, utensílios, animais, sua floresta. É um dos mais antigos e importante registro seiscentista sobre este grupo. “Trata-se do esforço do homem em compreender o que lhe coube como destino”. (Staden, 2000:11)

Hoje somos inúmeros pesquisadores em Ubatuba, dos mais diversos lugares, das mais variadas áreas e temas. Diferenças à parte, não nos tornamos prisioneiros de selvagens, mas da exuberante beleza natural da região que nos encanta com seus cenários magníficos, sem falar da cultura e história locais. Também não relatamos rituais antropofágicos, mas não permanecemos indiferentes à violenta destruição de uma cultura local e de uma floresta tropical, devoradas antropofagicamente pelo Estado e sua política de classes. Não se trata de só compreender tal destino, mas de tentar modificá-lo, denunciando as mazelas que reclamam de todos ações efetivas.

Alguns movimentos foram verificados em Ubatuba no sentido de resgatar a cultura caiçara, porém, como já dissemos anteriormente, não bastam estes esforços sem uma consciência crítica que possibilite um revisionismo das próprias tradições e valores. Aqui apontamos a autotransformação – e não o resgate – como o caminho para que esta identidade busque sua emancipação e encontre os meios que possibilitem a continuidade de existência na atual perspectiva global.

Atualmente, todos – individual e coletivamente – sofrem muita pressão no

sentido de se reconstruírem constantemente, caso contrário, se continuarem a ser o que são, serão descartados, destruídos. Mas infelizmente não vemos outra forma de enfrentamento possível a este modernismo que “busca a violenta destruição de nossos valores e se preocupa muito pouco em reconstruir os mundos que põe abaixo”. (Berman, 2003:32)

A comunicação integradora, que vise antes de tudo a consensos – ainda que parciais ou provisórios – pode possibilitar novas estruturas de vida social, bem como a organização de ações comunitárias. Comunicação que abra o caminho para a participação democrática de todos os interessados nas soluções para problemas em comum e para a discussão da própria identidade.

Obviamente não é fácil chegarmos a esta organização diante de tantos impedimentos; esta não é uma solução simples; constitui-se, verdadeiramente, num grande desafio. Santos (2003) fala que a crise do pensamento estratégico de emancipação, que possibilitaria pensar uma sociedade distinta e melhor do que esta é alimentada pela dificuldade em aceitar ou suportar as irracionalidades e injustiças do modelo capitalista e também pela dificuldade em pensar um modelo não-produtivista de sociedade.

Para Santos (2003), estamos caminhando para um período de transição paradigmática nos planos epistemológico, político, social e cultural. No plano social é a mudança da sociedade capitalista para uma outra forma, que pode ser melhor ou pior, visto que as atuais formas de regulação social apresentam-se cada vez mais precárias, fragilizadas e desacreditadas. E considera que, diante disto, temos uma dupla responsabilidade: de ir às raízes da regulação social e de reinventar tanto o pensamento emancipatório quanto a vontade de emancipação.

Mas como proceder? Também para este autor a solução é a utopia, e explica:

A utopia é a exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por via da oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor que a humanidade tem direito de desejar e por que merece lutar. A utopia é assim duplamente relativa. Por um lado é a chamada de atenção para o que não existe como (contra)parte integrante, mas silenciada, do que existe.

Pertence à época pelo modo como se aparta dela. Por outro lado a utopia é sempre desigualmente utópica, na medida em que a imaginação do novo é composta em parte por novas combinações e novas escalas do que existe. Uma compreensão profunda da realidade é assim essencial ao exercício da utopia, condição para que a radicalidade da imaginação não coincida com o seu realismo. (p.323)

Ele considera importante na utopia o que denomina de ‘arqueologia virtual do presente’, ou seja, interessa escavar sobre o que não foi feito. Neste sentido as escavações são orientadas para as tradições suprimidas, para as experiências subalternas, para a perspectiva das vítimas, para os silêncios, dentre tantos outros. Ou seja, como também propõe Habermas com a utopia da comunicação: uma nova motivação para as ações.

São ações de médio e longo prazo, que não coincidem com a emergência da mentalidade capitalista. O que é emergente, e simplesmente não pode esperar o tão falado ‘desenvolvimento de uma consciência ecológica na população’, é a conservação dos ínfimos 3% da Mata Atlântica que estão sob a proteção de parques e similares.

Esta é uma questão difícil e nesta arena encontram-se cientistas que defendem a permanência das comunidades tradicionais não-indígenas, como a dos caiçaras, bem como as indígenas, no interior destas áreas protegidas. Eles consideram que estes povos coexistem em harmonia com a natureza e que suas atividades sustentáveis contribuem para a preservação dos recursos naturais.

Do outro lado, há os que são contrários a este raciocínio, considerando que tal estratégia de conservação é equivocada. Apontam, inclusive, para evidências empíricas de que tais atividades, na verdade, contribuem para a degradação ambiental e perda de espécies causadas tanto por ‘povos tradicionais’ como pela civilização contemporânea. E é por isso que esta linha de pesquisa considera indispensáveis espaços onde a interferência humana sobre os processos naturais seja controlada e vise antes à conservação da natureza do que à comprovação de teses sócio-políticas. (Olmos et al., 2001:286)

Neste trabalho, compartilhamos o segundo posicionamento apresentado, por

considerarmos que as interferências atuais na floresta dizem respeito somente à sua exploração econômica. Concordamos com a observação abaixo:

Deve-se parar de camuflar como ‘conservação da natureza’, propostas que implicam na manutenção de populações em estado de ‘cultura tradicional’ quando tal cultura se expressa pela extrema pobreza técnica e econômica, e é resultado de histórica dominação sócio-econômica e exclusão social. (Milano apud Olmos et al., 2001:300)

Este é o principal motivo pelo qual não utilizamos o termo ‘tradicional’ para nos referirmos ao caiçara, reservando-o para suas manifestações folclóricas, e aguardando um tempo em que esta designação não implique na marginalização de tais grupos.

A história apresentada neste trabalho é o reconhecimento das injustiças sofridas por inúmeros povos durante o processo de colonização, porém, concordamos com a afirmação do autor acima referido, quando o mesmo destaca que a preocupação na reparação de tais erros deve ser da história e da política e não da conservação, e é um grande erro vincular estas duas coisas.

Daí a tragédia. A destruição destas florestas é irreversível, no âmbito de qualquer escala temporal humana. Quando a floresta tropical é destruída, a perda em termos de biodiversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável. (...) O desaparecimento de uma floresta tropical, portanto, é uma tragédia cujas proporções ultrapassam a compreensão ou concepção humanas. (Dean, 2004:23)

O auxílio do Governo a estes povos não pode mais se apresentar de forma paternalista; o Estado precisa de uma reforma radical, de uma reestruturação que supere a utopia do trabalho, da qual ainda está prisioneiro. A sociedade civil organizada precisa exigir estas mudanças e influir nas mesmas através de uma integração social capaz de resistir aos excessos do dinheiro e do poder⁴⁷. O recurso que pode possibilitar isto é o desenvolvimento da solidariedade, presente no mundo

⁴⁷ Apesar da, e principalmente por causa da atual situação vergonhosa em que se encontram inúmeros políticos, eleitos pelo povo, neste país.

da vida, onde valores e conhecimentos são transmitidos, onde grupos se integram e onde também é possível o crescimento ser socializado. Este é o tema que desloca os acentos utópicos do conceito de trabalho para o conceito da comunicação. (Habermas, 1987)

Ao longo desta pesquisa, pudemos perceber que as falas apresentadas expressam, muitas vezes, conformismo (**E5**: p. 27, 35, 41, 45; **E3**: p.44; **E4**: p. 44), saudosismo (**E2**: p. 27, 31, 39; **E3**: p. 25, 27), revolta (**E3**: p. 34, 38, 39; **E4**: p. 35; **E1**: p. 34, 45), um olhar mais crítico sobre os fatos (**E1**: p. 26, 30, 44; **E2**: p. 33, 43; **Frenete (2000)**: p. 19) ou simplesmente descrevem como era a vida antigamente **Frenete (2000)**: p. 25, 27, 28).

O que depreendemos disto, é que existe um desconforto, uma certa inquietação da maioria de nossos entrevistados quanto aos acontecimentos. Não podemos afirmar, no entanto, que há uma clara consciência acerca da necessidade de emancipação, de autodeterminação. O que existe, isto sim, é um impulso emancipatório da parte de alguns, mas ainda desorientado, numa tentativa de encontrar o melhor caminho para que a identidade caiçara não desapareça, como a fala abaixo demonstra claramente:

E1: E aí eu pergunto, (...) é humanamente impossível deter um desenvolvimento, mas é possível achar uma fórmula de ser compatível você conviver com aquele desenvolvimento e não perder a sua identidade. Isso é o que eu tento buscar, entender, sabe, achar um caminho, porque a tendência natural é desaparecer o caiçara, viver praticamente como um número. (Em entrevista a autora em 16/07/2004)

Entretanto, a manutenção desta identidade numa sociedade e numa realidade tão distinta da de tempos anteriores carece de uma orientação transformadora que possibilite, que viabilize a renovação da cultura caiçara.

Muitas vezes as estratégias utilizadas para este fim, mostram-se equivocadas, tentando repetir as mesmas estratégias da propaganda capitalista, o que não possibilita a compreensão, a auto-identificação das pessoas, a não ser pela alienação.

Porém, por este caminho, não sendo um produto “tão atrativo”, o resultado tem poucas chances de ser favorável. O exemplo abaixo é bastante elucidativo:

E1: ...De tanto eu falar assim, a cultura caiçara, a cultura caiçara, como se fosse um... como a coca-cola fez pro mundo, eu tento fazer com essa frase, caiçara, caiçara. (...) Só que eu acho que tem necessidade de se falar essa palavra, caiçara, constantemente sim. Da mesma coisa que se fala uma coca-cola e outras coisas mais aí, emplacando né e aí passa o pessoal a consumir só aquilo, eu acho que a palavra caiçara, se a gente vai falando, e vai mostrando e vai... uma exposição, uma festa.... (Em entrevista a autora em 16/07/2004)

Um outro caminho citado pode revelar um caráter emancipatório. Não estamos afirmando que o seja, mesmo porque a emancipação só é possível de ser verificada quando concretizada. Entretanto, a busca do diálogo com o poder público pode se apresentar como uma importante estratégia:

E2: Eu já tenho falado há muito tempo, em reuniões que fizeram e que me chamaram... prá plano de governo, tudo... e isso a gente tem levado, né? Projeto de escola, quando tem, acontece alguma coisa que é um projeto voltado pra cultura da cidade, a gente leva esse aspecto, né? Eu não sei, não sei o que que vai dar. Não sei qual que é a cabeça desse pessoal. Esse pessoal tem que se preocupar com isso e o futuro da cidade vai ser isso, sem dúvida alguma. (Em entrevista a autora em 17/07/2004)

Já com relação à Mata Atlântica, não verificamos nas falas de nossos entrevistados a consciência internalizada da necessidade de sua preservação; as referências ainda são, na maioria das vezes, relativas às proibições impostas pelas leis e às dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias atualmente, como no exemplo a seguir:

E5: Ali aonde tem as casa ali, é onde eu trabalhava,

mas... agora não dá prá mim mais trabalhar! Nós deixamos de trabalhar por causa do problema da florestal! (Em entrevista a autora em jul/2004)

Como podemos perceber, há muito trabalho. E porque uma psicóloga se preocuparia com grupos considerados “tradicionais” e com a preservação da natureza, visto que o número de pessoas que apresentam problemas mentais, emocionais, etc, aumenta a cada dia em nossa sociedade? Acontece que muitos destes problemas são desencadeados pela pobreza, pela falta de perspectivas, pela autodesvalorização, sentimento que carregamos desde o período em que éramos colônia. Inúmeros casos que atualmente a Psicologia não resolve e a Psiquiatria controla através de medicamentos poderiam ter outro desfecho. Aliás, qual a parcela da população atendida por psicólogos atualmente? Quem pode pagar? E os atendimentos gratuitos oferecidos por algumas entidades, como funcionam? Não é o caso agora de adentrarmos nestas questões; a intenção aqui é assinalar que é também trabalho da Psicologia lutar por uma sociedade justa, comprometer-se com estas questões.

O espaço habitado e as condições objetivas em que vivemos, nossa relação com o mundo natural, que requer um novo paradigma, precisam de intervenções e de denúncias. Só que aqui o atendimento, o olhar, é em movimento, amplo, fora dos consultórios. Não podemos nos ausentar, alimentando a exploração de classes, ou outra qualquer: etnia, gênero, etc.

O trabalho apresentado não se conclui. Continua. Esperamos que num futuro, não muito longínquo, um outro pesquisador, ou esta própria, possa traçar um panorama mais animador e concreto para o destino de Ubatuba, da Mata Atlântica e da identidade caiçara. Depende de todos nós. Esta não é apenas mais uma questão local. Verdadeiramente nunca foi.



Praia do Poruba. Nov/2004. Foto: Claudia Pilan



Praia de Ubatumirin. Dez/2005. Foto: Claudia Pilan

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando – introdução à filosofia*. São Paulo, Editora Moderna, 1996.
- BATISTA, V. L. *Sem eiras e nas beiras da cidade: a metamorfose urbana como óbice da metamorfose emancipatória*, 2002. (Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
- BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- CHIEUS Jr. G. *Matemática caiçara – etnomatemática contribuindo na formação docente*, 2002. (Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas)
- CIAMPA, A. C. Id entidade. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs). *Psicologia Social – o homem em movimento*. São Paulo, editora brasiliense, 1997, p. 58-75.
- _____. *A estória do Severino e a história da Severina – um ensaio de psicologia social*. São Paulo, Brasiliense, 2001.
- _____. *A identidade social como metamorfose humana em busca da emancipação: articulando pensamento histórico e pensamento utópico*. Texto apresentado no 29º Encontro da SIP, 2003. (xérox)
- DEAN, W. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
- DIEGUES. A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª ed. São Paulo, Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. & ARRUDA, R. S. V. (orgs). *Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente; São Paulo, USP, 2001.

DORON, R. & PAROT, F. *Dicionário de Psicologia*. São Paulo, Editora Ática, 2001.

FRENETTE, M. (org). *Os caiçaras contam*. São Paulo, Publisher Brasil, 2000.

Fotografia a serviço do estudo antropológico. *Jornal da PUC – Rio*, jun/2000, n°. 99.

HABERMAS, J. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

_____. A nova intransparência – a crise do bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos-CEBRAP*, São Paulo, 18, p.103-114, set. 1987.

_____. *Pensamento pós-metafísico – estudos filosóficos*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002.

_____. *A inclusão do outro – estudos de teoria política*. 2ª ed. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

LANE, S.T.M. *O que é Psicologia Social*. São Paulo, editora brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos, 39)

MARCÍLIO, M. L. *Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo, Edições Paulinas, CEDHAL, 1986.

MERLO, M. *Entre o mar e a mata: a memória afro-brasileira – São Sebastião, Ilha*

Bela e Ubatuba, 2003. (Tese de Doutorado. Pontífica Universidade Católica de São Paulo)

MUSSOLINI, G. *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Coord. Edgard Carone. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 217-242.

OLIVEIRA, W. de. *Ubatuba – documentário*. São Paulo, Editora do Escritor, s.d. Coleção Depoimento, v.11.

OLMOS, F. et al. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. In: ALBUQUERQUE, J.L.B. et al. (eds). *Ornitologia e conservação – das ciências às estratégias*. Tubarão-SC, Editora Unisul, 2001.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira & identidade nacional*. São Paulo, Editora Brasiliense, 2003.

PIMM, S. L.; JENKINS, C. Conservação da biodiversidade. *Scientific American*, O planeta no limite, Edição Especial, São Paulo, 41: 58-65, out. 2005.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil*. 2ª. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SAMPAIO, T. *O tupi na geographia nacional*. 3ª ed. Bahia, s.e., 1928.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. 9ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *Atlas das unidades de conservação ambiental do Estado de São Paulo*, 2000.

SETTI, K. *Ubatuba nos cantos das praias*. São Paulo, Editora Ática, 1985.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez Editora, 2000.

STADEN, H. *A verdadeira história dos selvagens, nus e ferozes devoradores de homens*. Rio de Janeiro, Dantes, 2000.

TASSARA, E. T. de O.; DAMERGIAN, S. Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social. *Estudos Avançados*, s.l., 10 (28): 291-316, dez. 1996.

TORRES, A. *Meu querido canibal*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

Internet:

FERREIRA, L. da C. (2004) Dimensões humanas da biodiversidade: mudanças sociais e conflitos em torno de áreas protegidas no Vale do Ribeira, SP, Brasil.
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2004000100004&script=sci_artt_ext&tlng=pt

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. (31/08/2005)

<http://www.sosmataatlantica.org.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (03/06/2005)

<http://www.ibge.gov.br>

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. (27/09/2005) <http://www.isa.org.br>

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. (21/07/2005)

<http://www.ambiente.sp.gov.br>

PORTAL BRAZILSITE. (13/01/2006) <http://www.brazilsite.com.br>

PORTAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. (31/08/2005)

<http://www.rbma.org.br>

PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE UBATUBA. (25/08/2005)

<http://ubatuba.sp.gov.br>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. (19/10/2005) <http://www.planalto.gov.br>

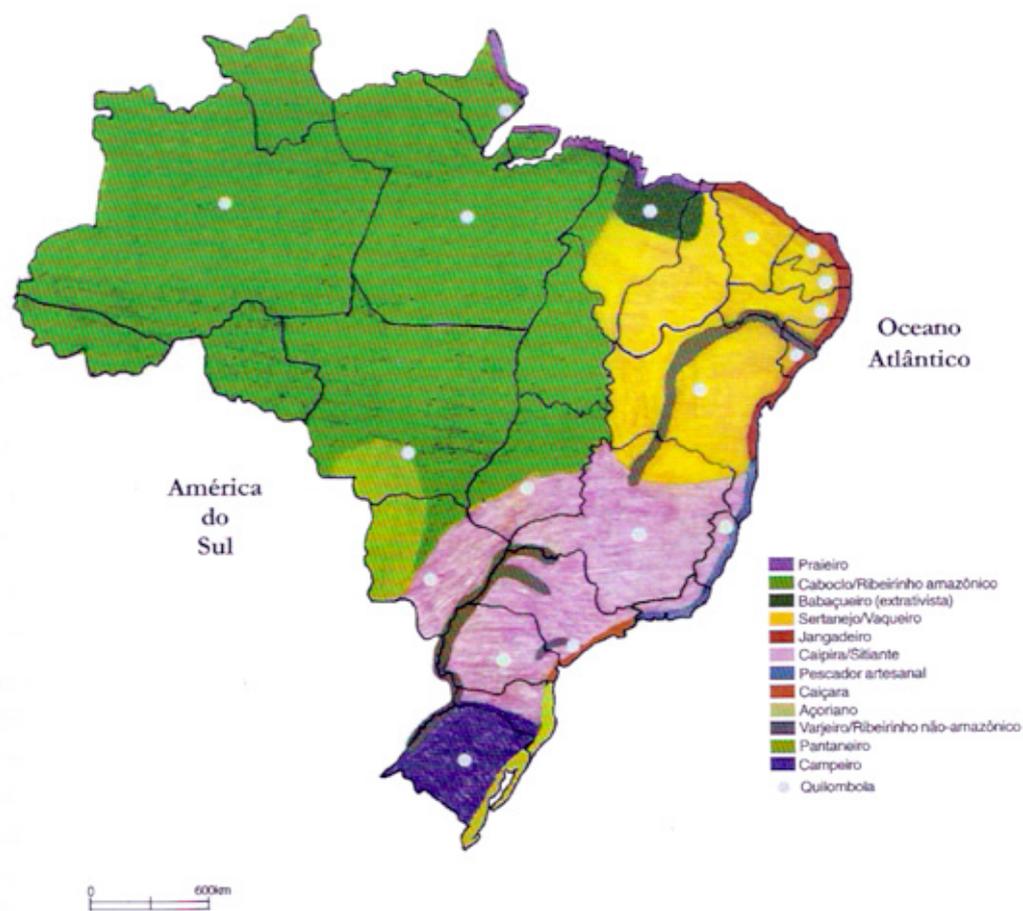
PRODAM - COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO
MUNICÍPIO. (21/07/2005) <http://www.prodam.sp.gov.br>

SILVA, S.L.P.(2001) Razão instrumental e razão comunicativa – um ensaio sobre
duas sociologias da racionalidade.

<http://www.cfh.ufsc.br/~dich/Texto%20do%20Caderno%2018.doc>

ANEXOS

ANEXO 01 - Localização aproximada do território das populações tradicionais não-indígenas:



Nota: as áreas mapeadas não representam a ocorrência exata das populações tradicionais não-indígenas, mas porções de território historicamente ocupadas por elas.

ANEXO 02 - Área original

Domínio da Mata Atlântica conforme decreto 750/93



Nota: Segundo Olmos et al. (2001), não existem áreas que nunca foram alteradas por povos pré-cabralinos.

ANEXO 03 - Situação atual

Domínio da Mata Atlântica conforme decreto 750/93

Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica - <http://www.sosmataatlantica.org.br>

ANEXO 04 - Evolução do desmatamento no Estado de São Paulo

Ano de 1500



Ano de 1907



Ano de 1920



Ano de 1973



Ano 2000

Fonte: Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
<http://www.rbma.org.br>